

COLÉGIO PEDRO II

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA**
**ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA DA
ÁFRICA**

EDLAINE DO CARMO SILVA

O NEGRO NO PÓS-ABOLIÇÃO:
uma análise didática da coleção Ser Protagonista

Rio de Janeiro

2022



EDLAINE DO CARMO SILVA

O NEGRO NO PÓS-ABOLIÇÃO:

uma análise didática da coleção Ser Protagonista

Trabalho de Conclusão de Curso ao Programa de Pós-Graduação de Ensino em História da África, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Orientador: Higor Figueira Ferreira - Dr.

Rio de Janeiro

2022

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

S586 Silva, Edlaine do Carmo

O negro no pós-abolição: uma análise didática da coleção Ser Protagonista / Edlaine do Carmo Silva. – Rio de Janeiro, 2022.

61 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História da África) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Higor Figueira Ferreira.

1. História da África – Estudo e ensino. 2. Livro didático. 3. Antirracismo – Brasil. 4. Racismo. 5. Professores – Formação. I. Ferreira, Higor Figueira. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 960

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

EDLAINE DO CARMO SILVA

O NEGRO NO PÓS-ABOLIÇÃO: uma análise didática da coleção Ser Protagonista.

Trabalho de Conclusão de Curso ao Programa de Pós-Graduação de Ensino em História da África, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Aprovado em 26/09/2022.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Higor Figueira Ferreira (Orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Colégio Pedro II

Prof. Dr. Gabriel da Fonseca Onofre
Universidade Federal Fluminense - UFF
Colégio Pedro II

Prof. Ms. Luciano de Moura
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Colégio Pedro II

Prof. Ms. Glaydson Gonçalves da Matta
Universidade Federal Fluminense – UFF
Rio de Janeiro

2022

*À minha mãe; Meu amor, minha vida,
meu chão, minha luz;
Minha maior inspiração, razão de ser e
existir.*

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, de forma singela expesso minha gratidão a todos aqueles que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização e conclusão desta pesquisa.

À minha família, que sempre depositou em mim grande confiança e carinho, acreditando em minha capacidade de atingir meus objetivos; amo vocês!

Aos meus amigos, Nathália Dias e Jonathan Lino, que não me deixaram desistir diante dos obstáculos presentes nesse percurso. Vocês são presentes em minha vida e eu não tenho palavras para agradecer a amizade de vocês.

Aos meus colegas de especialização que durante todo esse percurso contribuíram de forma grandiosa para meu crescimento acadêmico através da partilha de aprendizado, apoio durante a caminhada e estímulo a permanecer firme diante das adversidades.

Ao Mestre professor Paulo Antônio Barbosa, que através de seu afeto e atenção deu início a orientação deste trabalho, e mesmo não sendo possível dar continuidade, teve grande importância para o processo de escrita.

Ao meu orientador, Drº Higor Figueira Ferreira, que com muito carinho e gentileza assumiu o desafio desta orientação, mesmo diante de todas as dificuldades, e sempre muito solícito não mediu esforços para me prestar auxílio à produção e conclusão deste trabalho. Muito obrigada por sua empatia, compreensão e dedicação.

Aos meus ancestrais, que em razão de suas lutas, dores, conquistas e resistência, me fizeram herdeira de suas virtudes.

RESUMO

SILVA, Edlaine do Carmo. **O NEGRO NO PÓS-ABOLIÇÃO**: uma análise didática da coleção Ser Protagonista. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História da África) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2022.

Ao longo dos anos, os conteúdos educacionais passaram por muitas transformações. Em especial os temas que abrangem os assuntos referentes às questões étnicas e raciais, cujas pesquisas historiográficas se dedicaram a analisar o período do pós-abolição da sociedade brasileira. Dessa forma, os pesquisadores debruçaram-se sobre essas temáticas relativas ao protagonismo negro nos diversos campos sociais. Este artigo tem por objetivo estabelecer uma análise do livro didático destinado ao novo ensino médio, inaugurado no ano letivo de 2022, e na medida do possível, apontar casos, discutir os problemas e evidenciar as narrativas inclusivas ou excludentes relativas aos temas raciais e étnicas presentes em seu conteúdo.

Palavras-chave: pós-abolição; protagonismo negro; livro didático; ensino médio.

ABSTRACT

SILVA, Edlaine do Carmo. **THE BLACK IN THE POST-ABOLITION**: a didactic analysis of the Ser Protagonista collection. 2022. Completion of Course Work (Specialization in Teaching African History) – Dean of Graduate Studies, Research, Extension and Culture, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2022.

Abstract: Over the years, educational content has undergone many transformations. In particular, the themes that cover subjects related to ethnic and racial issues, whose historiographical research was dedicated to analyzing the post-abolition period of Brazilian society. In this way, the researchers focused on issues related to black protagonism in different social fields. This article aims to establish an analysis of the textbook for the new high school, inaugurated in the academic year of 2022, and as far as possible, point out issues, discuss the problems and highlight the inclusive or excluding narratives related to racial and ethnic issues present in your content.

Keywords: post-abolition; black protagonism; textbook; high school.

LISTA DE FIGURAS (ILUSTRAÇÕES)

IMAGENS

Figura 1 – Capa - Livro Ser Protagonista, Ciências Humanas de Sociais Aplicadas – Cidadania e Ética – Ensino médio, manual do professor.....	27
Figura 2 – Apresentação da unidade 1, Ecos da Escravidão, Livro Ser Protagonista, p.10.....	28
Figura 3 – Apresentação dos capítulos da unidade 1, Livro Ser Protagonista, p.11.....	29
Figura 4 – Capítulo 1, Livro Ser Protagonista, Capítulo 1, Brasil: principais atividades de trabalhadores resgatados (1995-2016), p.12.....	31
Figura 5 – Capítulo 1, RIBEIRO, Glaucy Meyre de Oliveira. Escravidão moderna: O trabalho no setor da construção civil. Livro Ser Protagonista, p.13.....	32
Figura 6 – Capítulo 1, Ação e cidadania – consumo consciente. Livro Ser Protagonista, p.14.....	33
Figura 7 – Capítulo 1, Tráfico de pessoas escravizadas partindo da África (1500-1900). Livro Ser Protagonista, p.16.....	34
Figura 8 – Capítulo 1, Pessoas Escravizadas embarcadas e Desembarcadas (1550-1900). Livro Ser Protagonista, p.16.....	35
Figura 9 – Capítulo 1, Sobem os números de trabalho escravo. Correio, 29 jan.2020. Livro Ser Protagonista, p.18.....	35
Figura 10 – Capítulo 1, Atividades. Livro Ser Protagonista, p.21.....	36
Figura 11 – Capítulo 1, Linha do tempo de marcos históricos entre os anos de 1850 e 2008. Livro Ser Protagonista, p.17.....	37
Figura 12 – Capítulo 2, Quadrinho “Racismo sem querer”. Livro Ser Protagonista, p.26.....	40
Figura 13 – Capítulo 2, Mulher com criança, Livro Ser Protagonista, p. 27.....	41
Figura 14 – Capítulo 2, Racismo estrutural: um panorama legal, Livro Ser Protagonista, p.28.....	42

Figura 15 – Capítulo 2, Práticas de Texto, Livro Ser Protagonista, p.30.....	43
Figura 16 – Capítulo 2, Práticas de Texto, Livro Ser Protagonista, p.31.....	44
Figura 17 – Capítulo 3, gráficos de proporção de pessoas ocupadas em trabalhos informais e por sexo e cor ou raça e rendimento-hora média real do trabalhador principal das pessoas ocupadas por cor ou raça (2017). Livro Ser Protagonista, página nº 33.....	46
Figura 18 – Capítulo 3, gráfico: Vulnerabilidade social brasileira: restrição de acesso (2017). Livro Ser protagonista Página 34.....	47
Figura 19 – Capítulo 3, gráfico: Brasil – taxas de homicídios de negros e não negros a cada 100 mil habitantes dentro desses grupos populacionais (2007 - 2017). Livro Ser Protagonista. Página 35.....	47
Figura 20 – Capítulo 3, Para explorar. Livro Ser Protagonista, Página 36.....	49
Figura 21 – Capítulo 3, Vidas Negras Importam! Histórias de lutas, sobrevivência e resistências, Livro Ser Protagonista, página nº 37.....	50
Figura 22 – Capítulo 3, Os ministros-chefes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Livro Ser Protagonista, página nº 38.....	52
Figura 23 – Capítulo 3, Consciência negra, militância e aquilombamentos, Livro Ser Protagonista, página nº 39.....	53
Figura 24 – Capítulo 3, Práticas de pesquisa. Livro Ser Protagonista, páginas nº 42 e 43.....	54

LISTA DE TABELAS

Dados estatísticos da abrangência e distribuição de livros destinados a alunos e professores da educação básica do país conforme o portal do FNDE:

Tabela 1 – ANO DE 2020.....	17
Tabela 2 – ANO DE 2017.....	18

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1. O livro didático como instrumento para reflexões étnico-raciais.....	14
1.1 O livro didático na educação brasileira: breves apontamentos sobre a sua função, produção e distribuição nas redes de ensino.....	14
1.2 O livro didático como instrumento de ensino e de reflexões étnico-raciais.....	19
Capítulo 2. Analisando o livro didático.....	24
2.1 O processo de escolha do livro Ser Protagonista.....	24
2.2 Análise da coleção escolhida.....	26
2.3 Unidade 1 – Ecos da escravidão.....	28
2.3.1 Capítulo 1 (Unidade 1) – Escravidão e trabalho análogo à escravidão.....	30
2.3.2 Capítulo 2 (Unidade 1) Existe racismo no Brasil?.....	38
2.3.3 Capítulo 3 (Unidade 1) Vidas negras no Brasil.....	45
Proposta de intervenção pedagógica.....	55
Considerações referentes à análise do livro didático.....	58
Considerações finais.....	59
Referências Bibliográficas.....	60

INTRODUÇÃO:

O ano de 1888 foi marcado por um dos maiores acontecimentos da história do Brasil: a assinatura da Lei Áurea, responsável pela abolição da escravatura no país. O fim da escravidão na sociedade brasileira foi resultado de uma luta travada por cativos, bem como por diferentes segmentos da sociedade civil, ao longo de décadas. No entanto, a despeito de representar um notório avanço numa perspectiva sócio-racial, o período pós-abolição continuou apresentando desafios variados às populações negras, nisto considerando tanto as que já nasciam em ambiente de liberdade, quanto as recém-libertas. Dados os desafios e questões pertinentes a este período da história do Brasil, muitos pesquisadores procuraram se debruçar sobre os acontecimentos que sucederam a abolição do sistema escravista, investigando sociabilidades, expectativas e tensões que fizeram parte da vida daqueles que alcançaram a liberdade no decurso dos anos finais do Império brasileiro.

Tais pesquisas forjaram novos olhares sobre esse período, ampliando consideravelmente o entendimento acadêmico a respeito das experiências históricas envolvendo as comunidades negras. Contudo, a despeito de todo esse avanço, é preciso reconhecer que tais debates e produções continuam, em geral, muito restritas ao ambiente científico, fazendo com que não sejam profundamente incorporadas pela população brasileira. Em face a isso, urge a necessidade de se aproveitar dos espaços de ensino – escolas, museus etc. – para promover reflexões desta natureza entre os cidadãos. Sob tal ótica, portanto, o ensino escolar ganha especial importância, uma vez que ele se torna um veículo para a apresentação de tais questões entre crianças, adolescentes e jovens em idade escolar, além de adultos nas classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Diante desta percepção, e cientes do valor que o ensino escolar exerce no processo de reflexão sobre a sociedade, decidimos conferir especial atenção ao conteúdo dos livros didáticos, investigando de que maneira o pós-abolição tem sido neles retratado. A opção por analisar esse tipo de material vem do fato de que este é um tipo de obra literária da qual os estudantes habitualmente dispõem, o que faz com que ela seja uma referência nos seus processos de aprendizagem.

Para tornar esse trabalho factível, pretendemos nos dedicar a análise da obra da editora Edições SM, coleção SER PROTAGONISTA, área de conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, volume 1 – Cidadania e Ética, investigando o livro destinado a alunos do 1º ano do modelo de Novo Ensino Médio para o ano de 2022, conforme Decreto nº 9.099/2017 para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – (PNLD).

Nossa pretensão é a de analisar qual foi o tratamento que tal obra conferiu à população negra que residia na cidade do Rio de Janeiro – capital do Brasil e centro das decisões políticas à ocasião – considerando o período que se estende desde o imediato pós-abolição, 1888, até a década de 1940, período que se origina a União dos Homens de Cor (UHC) e o Teatro Experimental Negro (TEM), instrumentos de denúncia e resistência em prol da defesa dos direitos civis da população negra do Brasil, bem como da criação de uma legislação contra a discriminação¹.

Neste sentido, a proposta deste trabalho consiste em identificar a presença e analisar a natureza das narrativas históricas relativas à população negra na sociedade brasileira na referida obra. Tenho especial interesse nos discursos concernentes à questão racial e à contribuição da população negra na construção nacional. Afora isso, pretendo também formular – a partir daquilo que a própria obra oferece – uma proposta de intervenção pedagógica (paradidática/suplementar/aula convencional, entre outras possibilidades) com o objetivo de desenvolver a compreensão sobre a agência negra e apontar a necessidade de possíveis desconstruções de narrativas históricas que sejam excludentes, caso sejam identificadas, e contribuir para a introdução de novas formas de abordagem que sejam inclusivas no ambiente escolar. Sob tal ponto de vista, será possível refletir histórica e pedagogicamente a temática racial e étnico-racial brasileira, bem como pensar sobre o processo de construção identitária que a população negra desenvolve sobre si ao longo do período de escolarização.

Por fim, antes de avançarmos às análises, faz-se necessário dizer que este trabalho acadêmico tem especial importância para a sua autora. Revisitando minha trajetória educacional – do ensino fundamental à graduação – pude perceber que me faltaram oportunidades de discutir de maneira mais densa algumas questões raciais e sociais. Ainda que os espaços escolares os quais frequentei fossem majoritariamente compostos por pessoas negras, as temáticas raciais foram tratadas de modo deficiente. Ao menos é esta a percepção que comigo carrego hoje. Não por raras vezes as narrativas apresentadas associavam a pessoa negra a situações negativas, inferiorizantes e excludentes. As reflexões estendiam-se da formação do Brasil colônia à abolição da escravatura em 1888, mas em geral não eram enfatizadas as contribuições das sociedades africanas no território brasileiro, ou mesmo qual fora o papel exercido pelas pessoas negras no processo de construção da liberdade.

Talvez parte disso possa ser explicado pela ausência de figuras docentes negras, outro traço importante da minha jornada acadêmica. Essa falta de representatividade – tanto temática, quanto docente – me gerava questionamentos dos mais variados. Foi a partir deles que pude refletir sobre

1 Art. 1º Os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

minha alienação e assim dar início a uma desconstrução da negação acerca da minha origem. O processo de retorno às raízes é complexo, pois implica em repensar uma história que nos é passada desde a infância e que nos atravessa em diversas fases de nossa vida.

Quando Munanga faz em seu texto o seguinte questionamento "*Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?*" (MUNANGA, 2015)², ele deixa claro a importância e a necessidade de se mostrar que existe uma outra história do negro que nos foi negada, silenciada e, por vezes, apagada. A imposição eurocêntrica sequestrou a agência negra e sua participação protagonista na construção social e cultural brasileira. Como resultado desse eurocentrismo, a promoção da desigualdade e a hierarquização social pautada na cor, destinou aos negros a posição subalterna, além de submetê-los ao racismo, elemento de negação e apagamento de sua história.

Por meio dessas provocações Munanga me permitiu estabelecer uma ponte com a trajetória educacional que vivenciei, mostrando-me a urgência da inserção da história da África na educação básica como forma de romper com a ideia de que este é um continente fornecedor de mão-de-obra escrava e que não apresenta qualquer relevância na história nacional. Medidas como essa certamente contribuem na luta contra o racismo e na busca pela igualdade social, razão pela qual são tão importantes e não podem ser desprezadas.

Conforme sabido, o ano de 2022 inaugurou uma nova página na realidade educacional brasileira, sobretudo para os estudantes do ensino médio. Neste ano entrou em vigor a Lei nº 13.415/2017, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabelecendo uma mudança na configuração do ensino médio, o qual passa a instituir novas metodologias e flexibiliza os currículos de toda a rede estadual de ensino. A proposta educacional do Novo Ensino Médio tem por objetivo fazer com que os últimos anos de formação dos jovens no ensino básico seja mais objetivo e atrativo, oferecendo metodologias educacionais inéditas e favorecendo a autonomia e o protagonismo do discente em suas escolhas. Diante de tais transformações, emerge a preocupação com o tratamento que será conferido à questão negra. Daí se depreende a relevância desta pesquisa.

O presente trabalho monográfico será organizado em 3 partes.

O primeiro momento explorará a análise sobre a historiografia do pós-abolição; dando continuidade, a análise sobre as questões relativas ao livro didático e as observações acerca do seu papel no processo formativo, tendo em vista a BNCC – Base Nacional Comum Curricular; no segundo momento teremos as observações a respeito dos assuntos relativos à teoria do currículo e

² MUNANGA, Kabengele. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. 2015-12.

cultura, pertinentes às questões de raça e etnia. A terceira e última parte será destinada a análise específica do livro didático.

CAPÍTULO 1 - O LIVRO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO PARA REFLEXÕES ÉTNICO-RACIAIS

1.1 *O livro didático na educação brasileira: breves apontamentos sobre a sua função, produção e distribuição nas redes de ensino.*

No ano de 1985 o governo federal inaugurou um dos mais importantes programas da educação brasileira, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cujo objetivo é oferecer, livre de custos, livros didáticos a alunos de toda a rede pública de ensino básico do Brasil. A referida medida encontra amparo e fundamentação no Ministério da Educação (MEC), bem como do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Afinal, entre as suas atribuições está o fomento à participação de editoras privadas na produção dos livros didáticos, além da garantia de uma oferta de livros que podem ser livremente avaliados e selecionados tanto pelas instituições de ensino, quanto pelos profissionais da educação, por meio dos critérios que mais os satisfaçam.

Uma década após o seu lançamento – já no ano de 1995 –, o PNLD passou por uma reformulação visando melhorias e uma maior qualidade de ensino aos estudantes e docentes. Àquela ocasião entendia-se que era necessário desenvolver novos instrumentos de análise do conteúdo pedagógico presente nos livros didáticos, o que conferiria aos professores melhores meios para avaliar e selecionar os materiais a partir de critérios geográficos e pedagógicos.

Seguindo a tendência das transformações que ocorriam na educação básica, no ano seguinte – 1996 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – a qual havia acabado de ser promulgada – reforçou ainda mais o compromisso com a oferta de livros didáticos. Nota-se que nesta ocasião ficava ainda mais claro o grau de importância conferido à produção e distribuição de livros didáticos, materiais tidos como fundamentais no desenvolvimento educacional dos estudantes. Ainda neste ano, o MEC passou a avaliar os livros inscritos no PNLD, cujo processo de análise foi submetido a diversos passos, sendo examinado por diversas Universidades e especialistas através de um rigoroso critério, e só então, destinados as redes de ensino para que junto do corpo docente pudesse definir a escolha do material a ser utilizado.

No ano de 2017, momento em que foi aprovado o modelo do novo ensino médio, ocorreram também algumas alterações na LDB, sendo como um dos principais objetivos do MEC a

flexibilização da grade curricular nas redes de ensino visando uma maior interação entre aluno e escola. Neste mesmo ano, através do decreto nº9.099, de 18 de julho de 2017³, foi unificada a forma de adquirir e distribuir os livros didáticos, já que anteriormente tal aquisição se dava através do PNLD e do PNBE, tornando-se agora PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático, que foi ampliado e possibilitou a inclusão de materiais que visam contribuir com a prática educacional, conforme disposto no trecho a seguir:

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos
DECRETO Nº 9.099, DE 18 DE JULHO DE 2017

Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 208, caput, inciso VII, da Constituição, e no art. 4º, caput, inciso VIII, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Artigos 1 a 7

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação, será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

§ 1º O PNLD abrange a avaliação e a disponibilização de obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, incluídas ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos.

§ 2º As ações do PNLD serão destinadas aos estudantes, aos professores e aos gestores das instituições a que se refere o caput, as quais garantirão o acesso aos

³ Legislação Informatizada - DECRETO Nº 9.099, DE 18 DE JULHO DE 2017 - Publicação Original, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. In. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>

materiais didáticos distribuídos, inclusive fora do ambiente escolar, no caso dos materiais didáticos de uso individual.

§ 3º O PNLD garantirá o atendimento aos estudantes, aos professores e aos gestores das escolas beneficiadas, previamente cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

§ 4º A opção entre os diferentes tipos de materiais didáticos a que se refere o § 1º será realizada pelo responsável pela rede.

§ 5º O PNLD disponibilizará obras e materiais didáticos às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público, desde que observem o disposto no § 1º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.¹

Faz-se necessário destacar que o PNLD, através da chancela do Governo Federal, realiza a avaliação do material didático produzido pelas editoras e distribuído na rede pública de ensino do país.

O programa do livro didático além de sua grande abrangência, se destaca pela grande movimentação financeira que gera, tornando o mercado deste setor extremamente atrativo para as editoras e os produtores de materiais de promoção de conhecimento. Ressaltando ainda o destaque que o setor fomenta em possibilidades rentáveis mercadológicas.

Dados estatísticos da abrangência e distribuição de livros destinados a alunos e professores da educação básica do país conforme o portal do FNDE:

ANO DE 2020

Etapa de Ensino	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Total de Exemplares	Valor de Aquisição
Educação Infantil	17.069	3.204.748	28.407	R\$ 749.606,65
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	88.674	12.337.614	71.816.715	R\$ 458.638.563,27
Anos Finais do Ensino Fundamental	48.213	10.197.262	80.528.321	R\$ 696.671.408,86
Ensino Médio	19.249	6.270.469	20.198.488	R\$ 234.141.456,77
Total Geral	123.342	32.010.093	172.571.931	R\$ 1.390.201.035,55

ANO DE 2017

Ano do PNLD	Atendimento	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Exemplares	Valores (R\$)
					Aquisição
PNLD 2017	Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano	96.632	12.347.961	39.524.100	319.236.959,79
	Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano	49.702	10.238.539	79.216.538	639.501.256,49
	Subtotal: Ensino Fundamental	111.668	22.586.500	118.740.638	958.738.216,28
	Ensino Médio: 1ª a 3ª Série	20.228	6.830.011	33.611.125	337.172.553,45
	Total do PNLD 2017	117.690	29.416.511	152.351.763	1.295.910.769,73

1.2 O livro didático como instrumento de ensino e de reflexões étnico-raciais

Antes de chegar às mãos dos alunos das redes de ensino do país, o livro didático passa por diversas etapas que vão desde o lançamento do edital à edição, produção e distribuição dos volumes fabricados. Ao cabo de todo esse longo processo, ele finalmente chega às salas de aula e passa a assumir um lugar de referência e inegável importância. Afinal, embora não seja o único objeto útil à instrução escolar, ele acaba assumindo maior protagonismo exatamente por se apresentar como uma ferramenta pronta – de um ponto de vista organizacional – e que dispõe de uma série de conteúdos e atividades que podem ser mobilizados ao longo do ano escolar por estudantes e docentes. Em suma, ele se torna uma obra literária de referência – e em alguns casos até mesmo a única referência acessível a muitos estudantes do nível básico.

A despeito disso, é importante ressaltar que isto não deve fazer com que ele seja tratado como uma ferramenta independente e que não requer mediação. Ao contrário disso, o melhor seria compreendê-lo enquanto um instrumento facilitador no processo de aprendizagem, o qual, por sua vez, é conduzido e mediado pelos próprios professores. Nas palavras de Leda Virgínia B. C. Potier:

O livro didático de História não precisa ser utilizado como “muleta” para a efetivação da ação docente. Sua importância, no que tange ao auxílio ao professor pode parecer óbvia, porém, um livro não fala por si, tendo em vista que, ao realizarmos uma leitura interna mais profunda, perceberemos uma série de elementos que envolvem sua produção. Mesmo assim, a correta mediação realizada pelo professor/historiador é imprescindível, e acontecerá de maneira mais proveitosa se esse detiver domínio sobre os métodos e técnicas relativos à pesquisa histórica, aplicando-os com o objetivo de ajudar a desenvolver consciência histórica junto a seus alunos em salas de aula de História.ⁱⁱ(PORTIER, 2016, p.6)

Em suma, por mais que o livro didático agregue grande valor nas relações educacionais, ele não substitui o papel dos docentes, os quais permanecem sendo figuras centrais na construção do conhecimento, bem como no desenvolvimento de certos usos e até mesmo de determinadas críticas ao material disponível, o qual passa por transformações sistemáticas ao longo dos anos.

Este ponto, inclusive, merece especial atenção. Afinal, pensar os livros didáticos é também refletir a respeito das suas transformações – e do significado delas – ao longo do tempo. Neste sentido, é importante reforçar, por exemplo, que todas as propostas de modificação que são

materializadas nos instrumentos de ensino não são resultado de um processo aleatório, mas produto de todo um conjunto de interações, propostas e críticas gestadas no âmbito dos debates curriculares, os quais envolvem tanto gestores públicos como membros da comunidade civil.

Desta forma, os livros acompanham as tendências que conseguem emergir e se fortalecer no domínio educacional. Numa dimensão mais recente, tal dinâmica tem resultado na tentativa de conferir ao currículo escolar – e conseqüentemente aos livros didáticos – um caráter menos eurocêntrico e, por conseguinte, mais atento às contribuições históricas das comunidades nativo-americanas e africanas. Em termos práticos, isso tem feito com que os produtores de material didático – autores e editoras, além de outros agentes envolvidos no processo – dediquem mais espaço a estas temáticas no interior de suas obras, escapando de uma leitura tradicional que habitualmente se remete exclusiva ou prioritariamente aos ideais e perspectivas civilizatórias europeias, fato que pode ser observado com a implementação da lei 10.639⁴.

A própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo mais recente que serve de referência para a elaboração curricular no Brasil, procurou se atentar a isso. A título de exemplo apresentamos o excerto abaixo que versa sobre as Competências específicas de ciências humanas e sociais aplicadas para o ensino médio:

Competência específica 5: Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos. O exercício de reflexão, que preside a construção do pensamento filosófico, permite aos jovens compreender os fundamentos da ética em diferentes culturas, estimulando o respeito às diferenças (linguísticas, culturais, religiosas, étnico-raciais etc.), à cidadania e aos Direitos Humanos. Ao realizar esse exercício na abordagem de circunstâncias da vida cotidiana, os estudantes podem desnaturalizar condutas, relativizar costumes e perceber a desigualdade, o preconceito e a discriminação presentes em atitudes, gestos e silenciamentos, avaliando as ambiguidades e contradições presentes em políticas públicas tanto de âmbito nacional como internacional. (BRASIL, 2018, p.577).

O trecho apresentado explicita a necessidade de não apenas conhecer a história dos povos africanos e indígenas, como também compreender a sua importância e o seu papel na formação da história nacional, desatrelando desses grupos o papel de “outro” que lhes fora atribuído e reforçado ao longo dos anos. Com efeito, a ideia seria, portanto, a de promover um olhar mais detido sobre culturas e povos não oriundos da Europa, o que tende ajudar na construção de uma percepção que

⁴ Lei implementada a partir da alteração da Lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, propondo novas diretrizes curriculares para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

se proponha a valorizar as trajetórias e contribuições de povos nativos e africanos que foram historicamente marginalizados em nível social, assim como estigmatizados ou ignorados em diferentes contextos pedagógicos. A inclusão dos temas obrigatórios, história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, que foram definidos pela vigente lei 10.639/2003, tem por objetivo transcender a extensão simplista da retórica, permitindo a defesa do estudo desses grupos como agentes da própria história do Brasil.

Conforme é possível perceber, a competência citada aponta para o acolhimento de questões que outrora eram relegadas a segundo plano. Sob tal ponto de vista, é possível identificar, portanto, o desenvolvimento de uma construção curricular que tem procurado dialogar com uma agenda negra e indígena, a qual já tem se apresentado no debate público há muitos anos.

Sendo assim, o currículo escolar, o qual fora historicamente eurocentrado, mostra-se mais suscetível a temáticas que não ocupavam um lugar de destaque. Tal transformação, contudo, não deve ser interpretada como mera alteração no campo pedagógico, mas enquanto produto de um reconhecimento político quanto ao lugar fundamental das populações afrodescendentes e ameríndias na formação sócio-histórica da nossa sociedade.

Tal horizonte parece interessante na medida em que a desconstrução de uma perspectiva eurocêntrica passa também pela elaboração de um lugar para as histórias indígena, africana e afro-brasileira, o que significa, em termos práticos, o maior reconhecimento da agência histórica destes grupos.

A despeito disso, não basta olhar para aquilo que tem sido proposto no nível das legislações educacionais, documentos oficiais de natureza variada ou mesmo nos livros didáticos. Com efeito, é preciso igualmente atentar-se para a forma como os docentes abordam estas questões em sala de aula, uma vez que são estes os agentes responsáveis por transformar as prescrições curriculares em prática pedagógica. É exatamente por conta disso que é preciso reforçar o quão imprescindível é o investimento na formação de professores em um âmbito histórico multicultural.

Um bom exemplo para se pensar a este respeito está presente na obra "*Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com as crianças de candomblé*" (2012), da autora Stela Guedes Caputo. Segundo ela, não existe um comprometimento político com o ensino sobre religiões de matriz africana, o que dificulta o desenvolvimento de reflexões neste sentido. Segundo a sua observação, as influências católica e evangélica – cristãs, de um modo geral –, dentro do governo, determinam os rumos do ensino religioso nas escolas, ainda que haja a indicação de uma laicidade estatal. Ou seja, o ensino, que deveria englobar todas as religiões – com intuito pedagógico não-proselitista – acaba não acontecendo, o que dificulta o rompimento de preconceitos tão arraigados na sociedade brasileira.

Neste sentido, destaca ela, os docentes costumam demonstrar uma falta de preparo para tratar da questão. Ou seja, embora o currículo prescrito pelo Estado aponte para isso, em nível prático a educação como vivida nas escolas não incorpora estes elementos, concedendo predileção a algumas expressões de fé em detrimento de outras. Essas atitudes invisibilizam as religiões de matriz africana, abrindo espaço para sua exclusão e apagamento.

Dessa forma, percebe-se que a escola não pode ser entendida como mero espaço de produção de saberes, mas enquanto local de disseminação de percepções sociais e políticas, as quais podem ser também preconceituosas a depender de quem as mobiliza publicamente.

Atualmente ainda é possível testemunhar frequentes perseguições perpetradas contra terreiros de religiões de matrizes afro-brasileiras e seus frequentadores. Ataques e depredações físicas, insultos, exposição e exclusão são fenômenos muito perceptíveis e que precisam ser alvo de uma reflexão pedagógica que articule os sentidos da trajetória racial de exclusão promovida historicamente no Brasil.

Conforme assinalado por Caputo, a forma como o Estado inseriu a disciplina de ensino religioso nas escolas não apenas favoreceu o catolicismo e o protestantismo, como tornou deficitária a inclusão das demais religiões, principalmente as de matriz africana, uma vez que o que se vê é uma catequização e não o ensino das religiões de uma forma global. Sendo assim, a condução de um ensino religioso mais plural exige a implementação de um currículo que aborde a história da África e a história dos povos africanos como protagonistas culturais autônomos, mostrando a importância de sua contribuição para formação da história nacional. A promoção de currículo comprometido com a desconstrução do papel de “outro” – que lhes fora atribuído e reforçado ao longo dos anos – é, portanto, de suma importância. Buscar uma igualdade curricular é compreender que não é adequado promover, em um espaço de saberes multiculturais como a escola, a visibilidade de um grupo em detrimento de outros.

Na obra *"Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana Nacionais"*⁵, as autoras Martha Abreu e Hebe Mattos estabeleceram discussões acerca destas questões, reforçando ainda mais a necessidade de pensar em propostas curriculares que se atentem para os objetivos da lei 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas redes de ensino do país.

No atual cenário fica evidente que tais diretrizes representam não só uma vontade, mas uma necessidade de democratização e correção de desigualdades históricas na sociedade brasileira.

5 Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p.5-20, jan./jun. 2008, p.6.

Sendo assim, o diálogo entre pesquisadores e professores – das mais diversas disciplinas – precisa ser continuamente promovido em vista destas questões desafiadoras que se apresentam.

Destaca-se, contudo, que tal debate não é novo. Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais de 1996 – que em alguma medida também foram resultado da mobilização política promovida pelos movimentos negros do pós-redemocratização – já enfatizavam a necessidade de se debruçar sobre a questão da pluralidade cultural. Compreendia-se ali a importância de combater uma ideia de cultura uniforme. Em suma, a narrativa de que a mescla entre índio+branco+negro teria como produto um só ser cultural, “o brasileiro”, algo que fora muito presente nos livros didáticos ao longo de décadas.

Em outras palavras, esse modo de produzir as leituras históricas contribuiu no apagamento do negro e das suas questões mais particulares, as quais eram diluídas diante de uma leitura que priorizava os agentes históricos nacionais enquanto sujeitos de classe (trabalhadores) e ignorava os seus traços e pertencimentos de raça.

Seria, no entanto, essa tendência ainda verificável no presente? O que um livro como o *Ser Protagonista* tem a dizer a este respeito? É exatamente isto que será tratado a seguir.

CAPÍTULO 2

ANALISANDO O LIVRO DIDÁTICO

2.1 O processo de escolha do livro Ser Protagonista

O ano de 2022 inaugurará um novo modelo de aprendizagem destinado aos jovens do ensino médio das escolas brasileiras. A modificação estrutural, através da lei nº13.415/2017 – que alterou a LDB e gerou mudanças no ensino médio – buscou ampliar o tempo mínimo de atividades escolares dos alunos, passando de 800 para 1.000 horas eletivas. Em nível de justificativa, alega-se que tal medida flexibilizará os currículos escolares, o que ajudaria a contemplar a Base Nacional Comum Curricular através da oferta de diferentes percursos formativos aos alunos, o que possibilitaria um maior foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional almejada. O MEC afirma que tais mudanças qualificariam o ensino dos estudantes do país, aproximando a escola de suas realidades e levando também em consideração as novas demandas do mundo do trabalho e da vida social.

Acompanhando a modificação estrutural do Novo Ensino Médio, houve um processo de reorganização dos livros didáticos destinados ao nível escolar básico, conforme a publicação da Base Nacional Comum Curricular.

Os novos materiais didáticos disponibilizados aos alunos desse novo modelo de ensino apresentam novidades em sua estrutura, sendo uma das maiores mudanças o conjunto de unidades curriculares, agora denominadas itinerários formativos, cujo objetivo é o de aprofundar os conhecimentos e a preparação para o futuro dos alunos.

De acordo com a BNCC, os itinerários formativos estão organizados em 4 campos de conhecimento: Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas⁶. Quanto à sua estruturação, as redes de ensino terão total autonomia para definir junto à comunidade escolar os itinerários formativos a serem ofertados.

O itinerário formativo aqui trabalhado insere-se no campo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, compreendendo as disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia. Ou seja,

⁶ Presente em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361> – último acesso em 01/08/2022.

existe uma busca por uma maior interdisciplinaridade através da aplicação de diferentes conceitos em contextos de relações sociais.

A escolha do livro se justifica pelo fato de ter sido esta coleção definida e destinada aos alunos do ano letivo de 2022, sendo as turmas de 1º ano do Novo Ensino Médio os primeiros estudantes, pós-implantação da modificação estrutural de aprendizagem, a terem acesso aos livros didáticos organizados para a estrutura desse novo modelo de ensino. A reformulação dessa etapa educacional, que se deu a partir da Lei nº13.415/2017, e resultou na alteração da lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional, e posteriormente aprovação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, promoveu mudanças na estrutura do Ensino Médio, assim como a definição dos conteúdos disponibilizados aos alunos nos três últimos anos do Ensino Básico. Em face a estas reestruturações, variados grupos editoriais realizaram a produção de volumes com o objetivo de atender estas novas demandas. Dentre elas podemos citar as editoras Palavras, Scipione, Moderna, Ática, Saraiva, AJS, FTD e a SM Educação, editora escolhida que produziu a coleção *Ser Protagonista*. Diante de uma gama de amplas possibilidades, sua escolha para essa análise se deu após ter sido selecionada a ser utilizada pelos alunos dessa fase inicial do Novo Ensino Médio após reformulação

Dentre os seus editores responsáveis estão Flávio Manzatto de Souza, bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), assim como Valéria Vaz, licenciada em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), especialista em Linguagens Visuais e mestra em Artes Visuais pela Faculdade Santa Marcelina (FASM), além de bacharel em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. O primeiro volume, *Cidadania e Ética*, fonte da presente análise, é composto por 4 unidades e 12 capítulos.

A análise que aqui será conduzida se empenhará em identificar se a obra trabalha com as questões raciais dentro do contexto do pós-abolição, além de avaliar de que forma elas são ali abordadas. De modo mais específico, a preocupação central é a de analisar como o livro apresenta a questão da agência negra no âmbito das lutas por liberdade em nível mais amplo, considerando as questões jurídicas e sociais concernentes à população negra no pós-abolição, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, capital da república instaurada a partir de 1889 e centro das decisões políticas nacionais. Em vista de certas preocupações relativas às questões raciais brasileiras no âmbito do ensino escolar, busca-se observar se o material didático foi capaz de promover questionamentos e rupturas de estigmas associados ao negro por meio da construção de uma narrativa que dialoga com a comunidade afro-brasileira e seus valores.

2.2 Análise da coleção escolhida

Conforme previamente indicado, o livro a ser analisado é intitulado *Ser Protagonista - Ciências humanas e sociais aplicadas cidadania e ética*, obra destinada ao 1º ano do Ensino Médio. O livro é organizado pela SM Educação Obra coletiva e desenvolvido e produzido por SM Educação. São Paulo, 1ª edição, 2020. A versão aqui utilizada será aquela distribuída aos professores, o que não prejudicará a análise, uma vez que o foco sobre o conteúdo dos capítulos, sendo estes idênticos em ambas as versões. A análise percorrerá a primeira unidade, intitulada Unidade 1 – Ecos da escravidão, a qual é composta por três capítulos: Capítulo 1- Escravidão e trabalho análogo à escravidão; Capítulo 2 - Existe racismo no Brasil? e o Capítulo 3 - Vidas Negras no Brasil.



Livro *Ser Protagonista, Ciências Humanas de Sociais Aplicadas – Cidadania e Ética – Ensino médio, manual do professor, capa.*

2.3 Unidade 1 – Ecos da escravidão

A primeira unidade desse volume se propõe a discutir determinadas questões relativas à escravidão brasileira, ao trabalho análogo à escravidão, ao racismo e à vida dos negros no Brasil. Já na introdução são destacados os séculos em que a escravidão vigorou no país, bem como as leis que tornavam válidas as práticas de exploração de mão-de-obra cativa. Afora isso, são indicadas algumas marcas deixadas pelo sistema escravista na sociedade brasileira, como por exemplo a construção de uma sociedade que privilegiou uma minoria branca e conservadora em detrimento de amplas parcelas da população que não obtiveram do Estado o auxílio necessário para o seu desenvolvimento individual e coletivo.

A unidade aborda também os problemas estruturais provenientes do período da escravidão, lançando questionamentos para a resolução e superação dos impactos causados por mais de 300 anos de escravidão.



**ECOS DA ESCRAVIDÃO
NO BRASIL.**

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DESENVOLVIDAS NA UNIDADE

Competências gerais:
CGEB1, CGEB2, CGEB4, CGEB6, CGEB7, CGEB9 e CGEB10.

Competências específicas e habilidades das áreas:
CECHSA1: EM13CHS101, EM13CHS102, EM13CHS103 e EM13CHS105.
CECHSA5: EM13CHS501, EM13CHS502 e EM13CHS503.
CECHSA6: EM13CHS601 e EM13CHS602.
CECNT2: EM13CNT206, CE CNT3: EM13CNT301 e EM13CNT302.
CELT5: EM13LGG502.
CELT7: EM13LGG704.
CEMT1: EM13MAT102 e EM13MAT104.

ORGANIZAR IDEIAS

Por mais de três séculos, vigoraram no Brasil leis que asseguravam a legalidade da escravidão e permitiam que senhores tivessem direito de posse sobre africanos escravizados. O sistema escravocrata marcou a sociedade brasileira e garantiu muitos privilégios a uma parcela da população branca. Tais privilégios ganharam contornos racistas após a Lei Áurea, que tornou a escravidão ilegal no país.

1. Diante das gêneses dos problemas estruturais do nosso país, o que é necessário para superar os impactos da escravidão na sociedade brasileira atual?
2. De que maneira os mais de trezentos anos de escravidão se refletem no cotidiano dos brasileiros?

10

Livro Ser Protagonista, apresentação da unidade 1- Ecos da Escravidão, página nº 10.



Livro Ser Protagonista, apresentação dos capítulos da unidade 1, página nº 11.

2.3.1 Capítulo 1 (Unidade 1) – Escravidão e trabalho análogo à escravidão.

Este capítulo é iniciado com a abordagem sobre os 3 séculos de escravidão no Brasil e as leis que asseguravam a legalidade da prática da exploração de mão de obra escrava proveniente do continente africano. Nesse estágio é destacado como a escravidão marcou profundamente a sociedade brasileira, criando beneficiários e flagelados neste processo. Afora isso, destaca-se a permanência destas questões para além dos anos da legalidade da escravidão, o que implica em pensar nos efeitos deste processo que seguiram no pós-abolição.

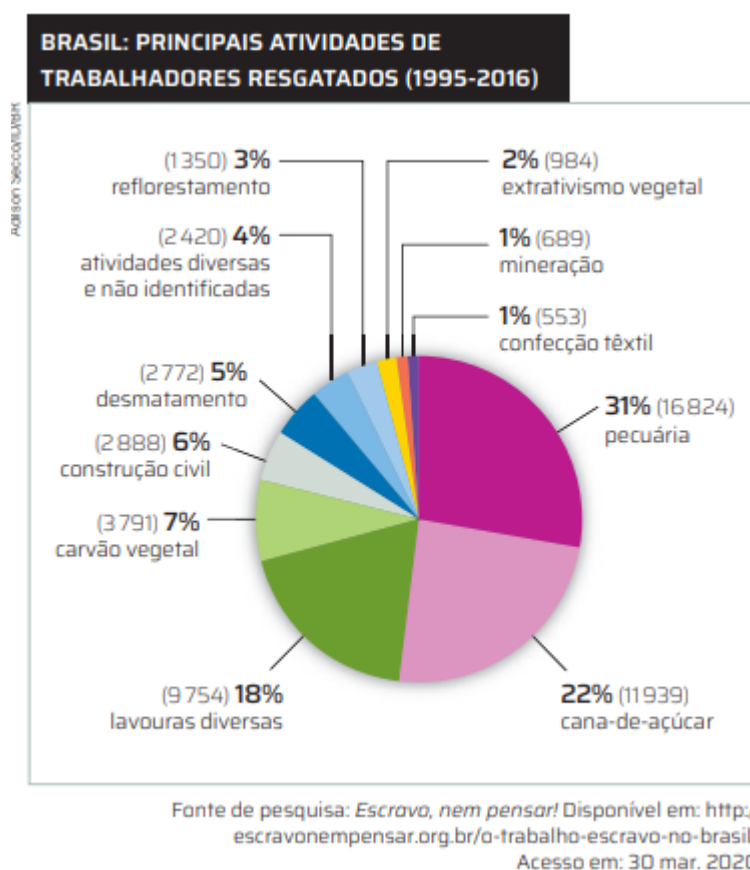
Na abordagem inicial são levantados de pronto dois questionamentos:

- 1º – O que seria necessário para superação dos impactos causados pela escravidão na sociedade atual?
- 2º – De que forma os séculos de escravidão se manifestam no cotidiano dos brasileiros?

Tais questionamentos são trabalhados durante as leituras sugeridas e deixam claro que o período escravista contribuiu para os problemas estruturais do Brasil, ressaltando que há na sociedade e na vida dos brasileiros o reflexo dos anos de escravidão.

Este capítulo, cuja abordagem do subtema trata o trabalho análogo à escravidão nos espaços urbano, realiza uma breve, porém clara explicação sobre a palavra *Escravidão* e como ela geralmente é associada ao sequestro de negros africanos que foram escravizados entre os séculos XVI e XIX. Destaca ainda que, mesmo com o fim da escravidão após a promulgação da lei Áurea em 1888, houve a perpetuação de certos problemas relativos a esta modalidade de emprego de mão de obra, uma vez que há atualmente no Brasil milhares de pessoas submetidas ao trabalho análogo à escravidão. Nesse sentido, são exemplificados os aspectos que fazem a prática ser assim declarada, tais como condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, trabalho forçado e servidão por dívida.

O texto conta com um gráfico explicativo que mostra em porcentagem as principais atividades de trabalhadores resgatados no Brasil entre os anos de 1995 e 2016, conforme abaixo:



Livro Ser Protagonista, Capítulo 1, Brasil: principais atividades de trabalhadores resgatados (1995-2016). Página nº 12.

É possível observar que em quase todas as páginas do livro, nas quais esta temática é trabalhada, há proposições quanto à forma de abordar o tema em sala de aula com os estudantes. Nota-se a clara intenção de promover uma troca de informações entre docentes e discentes, de modo a construir coletivamente impressões críticas quanto aos eventos ali relatados.

Ainda neste capítulo é disponibilizado parte da dissertação do mestrado Glaucy Ribeiro, que apresenta importantes dados colhidos por ela após sua participação junto ao Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais no resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão, obtido após investigação.

É interessante notar como um setor considerado termômetro para a economia, ou seja, quando a economia vai bem, o setor vai bem, quando a economia vai mal, a construção civil acompanha, pode ser cenário também de arbitrariedades na área trabalhista.

[...]

O trabalho de auditoria foi [...] acompanhado de representantes do MPT para verificação acerca da veracidade das denúncias recebidas. Foi constatado que os trabalhadores eram migrantes [...], tendo sido alojados em pequenos hotéis da cidade. A prática de aliciamento foi constatada, tendo como exemplo os trabalhadores vindos da cidade de Poço Redondo, no Sergipe.

Estes trabalhadores foram procurados por **aliciadores**, os chamados "gatos", conhecidos como Zildo e Cláudio. Este último informou aos trabalhadores que os mesmos deveriam pagar a quantia de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pelo transporte, mas que o valor seria restituído pela empresa contratante quando chegassem a Juiz de Fora. [...]

Ao chegarem, serventes, pedreiros, carpinteiros e armadores se depararam com a triste realidade. As promessas que lhes foram feitas eram falsas. Desta forma, os homens tiveram que pagar pela alimentação [...], foram informados que também os valores pagos pelo transporte não seriam restituídos.

Já no alojamento foram verificadas irregularidades como a superlotação dos quartos, o que obrigava os trabalhadores a dividirem camas de solteiro. Além disso, a alimentação era de péssima qualidade e em quantidade insuficiente.

[...] Aqui também estes homens foram separados de suas famílias e amigos, trazidos amontoados em um meio de transporte precário.

RIBEIRO, Glauco Meyre de Oliveira. *Escravidão moderna: o trabalho no setor da construção civil*. Dissertação (Mestrado em Direito e Inovação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Direito, Minas Gerais, 2017. p. 84-85.

Aliciador: aquele que convence outro por meio de argumentos que não são verdadeiros.



O setor da construção civil é um dos que mais submete trabalhadores a condições análogas à escravidão. Prédio em construção em São Paulo (SP). Foto de 2018.

Livro Ser Protagonista, Capítulo 1, RIBEIRO, Glauco Meyre de Oliveira. Escravidão moderna: o trabalho no setor da construção civil. Página nº 13.

O capítulo, ao destacar quais os setores cujas atividades de trabalho mais concentraram mão-de-obra análoga à escravidão, como por exemplo construção civil e indústria têxtil, levanta questionamentos sobre como o consumo consciente precisa ser observado de forma mais séria, como observar a procedência dos produtos que adquire, além de cobrar das empresas práticas que estejam comprometidas com a cidadania, uma vez que para atender a demanda do mercado, muitas empresas submetem os empregados a condições de trabalho exaustivas e a regimes análogos a escravidão.

AÇÃO E CIDADANIA

Consumo consciente

Você já se perguntou por que as empresas submetem trabalhadores a regimes análogos à escravidão? Submeter grupos de trabalhadores a situações como as listadas na página 12 diminui muito os gastos com funcionários da empresa contratante, que deveria garantir a seus trabalhadores salário digno, transporte, alimentação, folga remunerada, equipamentos de segurança, décimo terceiro salário, assistência médica e jornadas de trabalho saudáveis, entre outros direitos garantidos por lei.

É fundamental que os consumidores saibam a procedência dos produtos que adquirem e cobrem das empresas condutas alinhadas aos direitos humanos. O primeiro passo é conhecer quais são as empresas ligadas ao trabalho escravo para, então, pressioná-las a regularizar seus sistemas de trabalho. Para isso, desde 2016, o Ministério Público do Trabalho divulga o **Cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão**, apelidado de **Lista suja do trabalho escravo**, que consiste em uma lista com os nomes dos empregadores autuados por submeter funcionários diretos ou terceirizados a essa situação.

1. Do ponto de vista humanitário, você considera correto uma empresa submeter trabalhadores a regimes análogos à escravidão? Por quê? Explique sua resposta aos colegas.
2. Faça uma pesquisa em publicações digitais ou impressas e consulte a versão mais atual da Lista suja do trabalho escravo. Há alguma marca ou empresa nessa lista que produza mercadorias que você consome? Em caso afirmativo, como você se posiciona diante disso? Liste suas ações no caderno e compare-as com a turma.

Livro Ser Protagonista, Capítulo 1, Ação e Cidadania – Consumo consciente. Página nº 14.

O capítulo cita ainda os autores Lilia Shwarcz e Laurentino Gomes, ao fazer apontamentos acerca da razão da proximidade histórica do fim da escravidão moderna no Brasil com o trabalho análogo à escravidão e como essa proximidade histórica contribuiu para a normalização da violência contra trabalhadores, além de citar a existência de um grupo que detém uma grande concentração de riquezas, enquanto tantos outros vivem na miséria.

O texto traz uma discussão, sobre a desigualdade social, racial, econômica e cultural do Brasil assim como construções históricas e sociais. Destacando a classificação de escravidão moderna, termo conferido por especialista uma vez que tal prática se deu durante a Idade Moderna, visto que durante este período parte da Europa Ocidental desenvolvia práticas de exploração de terras e do trabalho de pessoas de outros continentes. Observa-se que tal nomenclatura teve como objetivo diferenciar os diferentes regimes e períodos escravistas que ocorreram durante a Antiguidade. É necessário pontuar que embora haja similaridades entre a escravidão moderna e as formas de trabalho análogo a escravidão, os contextos históricos são distintos, principalmente pelo fato de que no primeiro momento a escravidão ter sido assegurada através de uma legislação e

contar com o apoio dos governantes daquele período. Cabe ressaltar que, o intuito seja o de projetar nos jovens uma percepção que será de suma importância na análise e compreensão da sociedade em que estão inseridos. O convite às pesquisas sobre as atuais condições sociais brasileiras tem como objetivo fomentar nos alunos o interesse à pesquisa e assim inseri-los em análise sobre as estruturas sociais do passado, suas transformações ao longo dos tempos e compreendê-las no presente.

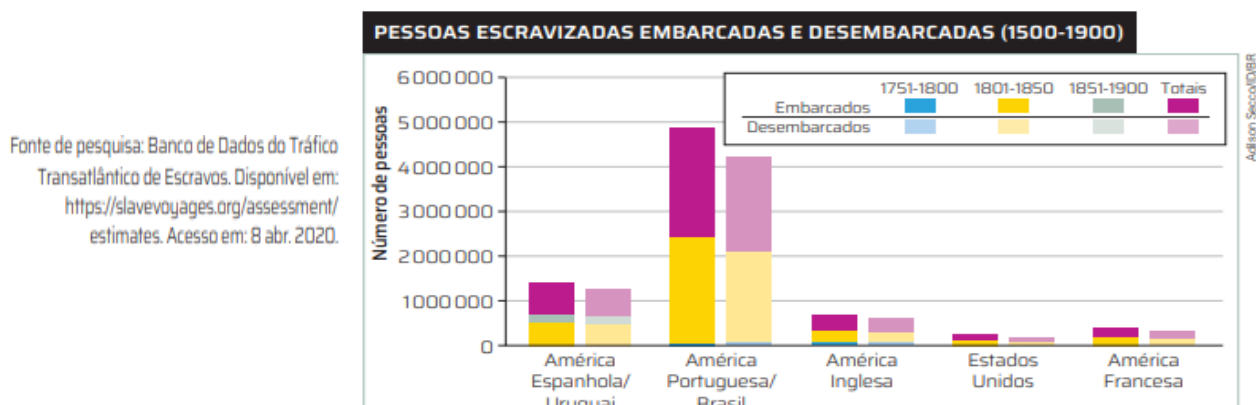
A abordagem que trata sobre o tráfico de escravizados torna possível a observação de uma similaridade entre escravidão moderna e o trabalho análogo à escravidão, uma vez que ainda se fazem presentes manifestações similares às práticas oriundas do período da escravidão e os tratamentos dispensados aos cativos, mesmo que tais práticas tenham sido proibidas há mais de 100 anos.

O texto destaca a humanidade dos escravizados, tirando o aspecto mercadológico e coisificado a eles atribuídos e que se perpetuou por muitos anos, tal como podemos observar no enunciado do mapa abaixo, que utiliza a expressão Pessoas Escravizadas, esvaziando a ideia coisificada e mercadológica utilizada por muitos anos em livros didáticos onde seres humanos eram assimilados apenas como um produto, uma mercadoria. Mas é válido ressaltar que a mudança do termo não se torna fator determinante para conferir humanidade aos escravizados, entretanto é possível observar a partir da expressão, ainda que pequena, uma mudança de olhar sobre o tema abordado.



Livro Ser Protagonista, Capítulo 1, Tráfico de pessoas escravizadas partindo da África (1500-1900).

Página nº 16.



Livro Ser Protagonista, Capítulo 1, Pessoas Escravizadas embarcadas e desembarcadas(1500-1900).

Página nº 16.

Os gráficos e mapas tiveram por objetivo demonstrar o volume quantitativo de pessoas traficadas; sendo ainda destacados os traumas e maus-tratos sofridos pelos africanos durante as longas viagens que se fizeram presentes nesse processo.

O texto conta com marcos históricos que foram destacados em uma linha do tempo, possivelmente com o objetivo não só de evidenciar os acontecimentos, mas para dar ênfase ao impacto que cada um deles teve no tráfico de pessoas escravizadas e no trabalho análogo à escravidão nos dias atuais.

Ao citar as continuidades históricas, o texto salienta as práticas de condições escravagistas em sua maioria nas áreas rurais. Como exemplo, é destacado um texto do ano de 2020 que relata a atual situação do trabalho análogo à escravidão do país.

Quase 132 anos após a abolição da escravatura no Brasil, 1 054 pessoas precisam ser resgatadas por estarem enfrentando situações análogas ao trabalho escravo. Os resgates foram realizados em 111 dos 267 estabelecimentos fiscalizados em 2019, segundo dados do Radar da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

O meio rural continua concentrando o maior número de registros, com 87% dos casos em 2019, principalmente nos setores de produção de carvão vegetal, cultivo de café, criação de bovinos para corte, comércio varejista e cultivo de milho. [...]

Minas Gerais foi o estado com mais fiscalizações (45 ações) e onde foram encontrados mais trabalhadores em condição análoga à de escravo (468). São Paulo e Pará tiveram 25 ações fiscais cada, sendo que em São Paulo foram resgatados 91 trabalhadores e no Pará, 66. No estado de São Paulo, os cinco setores com maior ocorrência de trabalho escravo são: criação de bovinos para corte, fabricação de álcool, comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos, cultivo de café e cultivo de arroz.



Agricultora capina canteiro de repolho roxo no polo de agricultura orgânica de Ibiúna (SP), 2017.

LIMA NETO, Francisco. Sobem os números de trabalho escravo. *Correio*, 29 jan. 2020. Disponível em: https://correio.rac.com.br/conteudo/2020/01/campinas_e_rmc/896069-sobem-os-numeros-de-trabalho-escravo.html. Acesso em: 31 mar. 2020.

Livro Ser Protagonista, Capítulo 1, Sobem os números de trabalho escravo. Correio, 29 jan.2020.

Página nº 18.

O capítulo busca a todo momento criar uma interação com leitura e apresentação de dados com mapas e gráficos. O propósito parece ser o de provocar o aluno, no sentido da construção de nexos entre passado e presente.

Ao abordar o tema da escravidão, é realizada a associação de práticas ilegais que favorecem a manutenção da exploração da mão-de-obra análoga à escravidão, como por exemplo o desmatamento que além de ser o tema analisado é também exposto através de mapas e números que mostram a crescente prática.

Ao explorar o debate acerca da escravidão, é evidenciado que houve igualmente exploração da mão-de-obra indígena entre os séculos XVI e XVIII, o que é reforçado a partir de dados obtidos em pesquisas antropológicas.

Do ponto de vista das atividades, o capítulo procura não apenas extrair dos alunos dados factuais, mas os assuntos abordados fazendo com que as respostas transitem entre a realidade vivida e a experiência histórica do presente. (pág.21)

ATIVIDADES

- 1** Retome as atividades econômicas apresentadas no gráfico da página 12. Com base no que você estudou, quais delas representam continuidades históricas, tanto no campo quanto nos meios urbanos? Escreva um parágrafo explicando suas percepções e, depois, dialogue com a turma.
- 2** Retome o texto da pesquisadora Glaucy Ribeiro, na página 13, e responda:
- Que aspectos característicos do trabalho análogo à escravidão podem ser identificados na situação dos trabalhadores apresentados por Ribeiro?
 - No município em que você vive, o setor de construção civil é desenvolvido? A que condições de trabalho os funcionários das obras são submetidos? Com a orientação do professor, faça uma pesquisa sobre o tema e apresente suas conclusões à turma.
- 3** “A escravidão no Brasil é um evento que pertence ao passado, extinto em 1888. A partir dessa data, todos os escravizados foram libertos e passou a ser terminantemente proibido que uma pessoa tivesse a posse sobre outra. Até então, os escravizados, que eram exclusivamente africanos ou descendentes de africanos, eram considerados bens dos senhores de escravos”. O texto apresenta incorreções. Com base no que você estudou, liste-as no caderno e explique por que elas não são corretas. Compartilhe suas percepções com os colegas.
- 4** Observe novamente o mapa da página 19 e, em seguida, responda:
- Qual é a relação entre o desmatamento na Amazônia Legal e o trabalho análogo à escravidão?
 - Após mais de 130 anos de abolição da escravidão, ainda são recorrentes notícias de existência de trabalho análogo à escravidão. Converse com os colegas sobre os motivos que levam isso ainda a ocorrer no Brasil.
- 5** Observe novamente o mapa da página 20 e responda: Onde estão as Terras Indígenas do estado onde você mora? Com base nessa resposta, faça uma pesquisa buscando as informações a seguir.
- Quais povos vivem nessas terras.
 - A situação atual deles em relação a demografia, segurança, saúde e principais manifestações culturais.
 - A pesquisa pode ser feita em publicações impressas, digitais ou por meio de entrevistas, caso você faça parte de uma dessas comunidades indígenas ou possa dialogar diretamente com elas. Combine uma data com o professor e a turma para compartilhar os resultados da pesquisa.

Não escreva no livro.

6 (Enem)

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou 248 ações fiscais e resgatou um total de 1 590 trabalhadores da situação análoga à de escravo, em 2014, em todo o país. A análise do enfrentamento do trabalho em condições análogas às de escravo materializa a efetivação de parcerias inéditas no trato da questão, podendo ser referenciadas ações fiscais realizadas com o Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Disponível em: <http://portal.mte.gov.br>. Acesso em: 4 fev. 2015 (adaptado).

A estratégia defendida no texto para reduzir o problema social apontado consiste em:

- articular os órgãos públicos.
- pressionar o Poder Legislativo.
- ampliar a emissão das multas.
- limitar a autonomia das empresas
- financiar as pesquisas acadêmicas.

7 (Enem)

Ano	Números de escravos africanos desembarcados no Brasil
1846	64 262
1847	75 893
1848	76 338
1849	70 827
1850	37 672
1851	7 058
1852	1 234

Disponível em: www.slavevoyafes.org. Acesso em: 24 fev. 2012 (adaptado).

A mudança apresentada na tabela é reflexo da Lei Eusébio de Queiroz, que, em 1850:

- aboliu a escravidão no território brasileiro.
- definiu o tráfico de escravos como pirataria.
- elevou as taxas para importação de escravos.
- libertou os escravos com mais de 60 anos.
- garantiu o direito de alforria aos escravos.

21

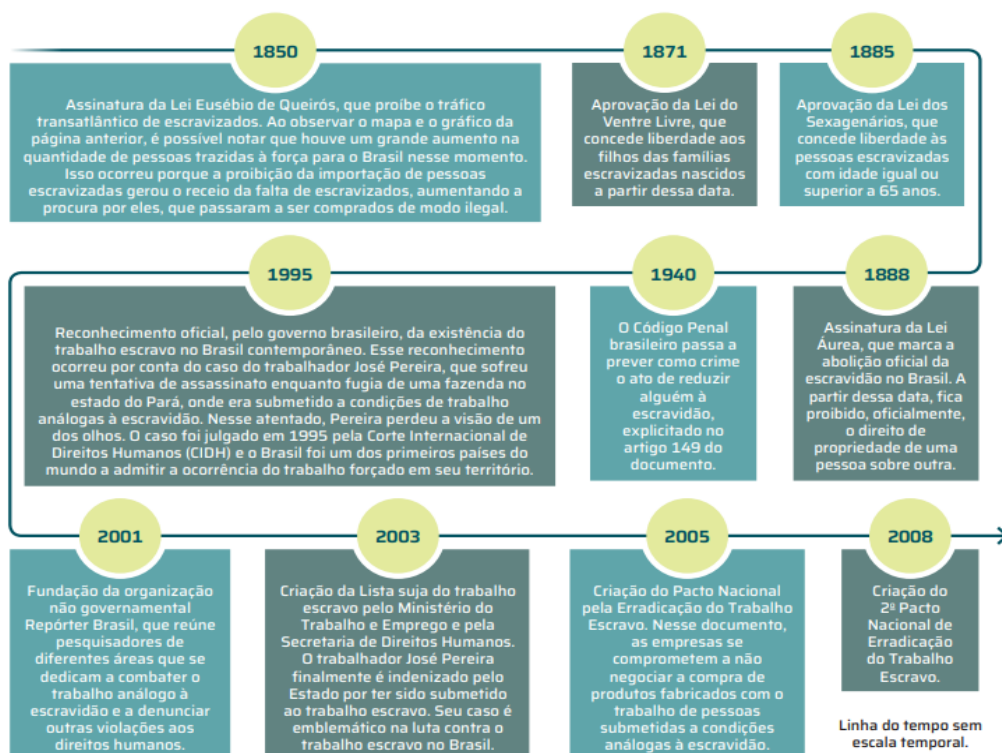
Livro Ser Protagonista, Capítulo 1, Atividades. Página nº 21.

Ao cabo, o capítulo conta ainda com um adendo cujo objetivo é o de oferecer ao estudante a visão de um filósofo sobre o tema explorado. Aqui a leitura é extraída da obra *Metafísica dos Costumes* de Immanuel Kant (1724-1804). Nela o pensador analisa as leis que regulam a conduta humana pelo ponto de vista racional. A seguir, um texto sucinto sobre a conduta humana através das leis morais analisadas por Kant é apresentado; texto do também filósofo Norberto Bobbio, presente na obra *Direito e Estado no pensamento de Immanuel Kant*, para favorecer uma breve introdução e melhor compreensão da obra de Kant.

Alguns marcos históricos

Ao analisar o mapa e o gráfico da página anterior, observando os períodos apresentados, é possível identificar eventos políticos que impactaram o tráfico de pessoas escravizadas entre o continente africano e o continente americano.

A linha do tempo a seguir apresenta alguns desses eventos e outros relacionados ao trabalho escravo nos dias atuais.



Fonte de pesquisa: *Escravo, nem pensar!* Disponível em: <http://escravonempensar.org.br/livro/linha-do-tempo/#1>. Acesso em: 2 abr. 2020.

INTERAÇÃO

Retome o mapa e o gráfico da página anterior e observe a linha do tempo desta página. Depois, responda às questões.

1. Qual território mais recebeu pessoas escravizadas durante a diáspora africana?
2. Em qual período houve maior número de pessoas sequestradas e escravizadas que desembarcaram no Brasil? Como você relacionaria isso aos eventos abordados na linha do tempo?
3. Forme dupla com um colega para dialogarem sobre as informações da linha do tempo, do gráfico e do mapa. Depois, individualmente, liste três características do trabalho forçado no Brasil, nas diferentes temporalidades abordadas, com base nos materiais que você e o colega analisaram. Por fim, apresentem suas conclusões um para o outro.

PARA EXPLORAR

» Relatos de escravidão: José Pereira

Para saber mais detalhes da história do trabalhador José Pereira, veja uma dramatização do relato dele, produzida e publicada pela equipe da Secretaria da Previdência e do Trabalho. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WzTi_vN6osg. Acesso em: 2 abr. 2020.

Não escreva no livro.

17

Livro Ser Protagonista, Capítulo 1, Linha do tempo de marcos históricos entre os anos de 1850 e 2008. Página nº 17.

O capítulo faz apontamentos com temáticas de extrema relevância e propõe debates acerca das abordagens trabalhadas, além da apresentação de períodos históricos e suas perspectivas, deixando claro que ainda suas similaridades precisam ser compreendidas dentro dos contextos de cada período. Cabe destacar que o trabalho imagético presente no capítulo através de charges, gráficos, mapas, dados quantitativos, matérias jornalísticas, linhas do tempo... possibilitam ao aluno ter contato de forma mais palpável das temáticas e informações apresentadas.

2.3.2 Capítulo 2 (Unidade 1) - Existe racismo no Brasil?

O capítulo versa a respeito do racismo no Brasil, vinculando-o ao sistema escravista e ao contexto do pós-abolição.

O texto inicial discorre sobre o fim legal da escravidão brasileira através da assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, onde é conferido destaque ao movimento abolicionista brasileiro e sua luta pela inclusão social e dignidade dos ex cativos. É possível perceber o abandono de uma perspectiva por muitos anos utilizada, onde atribuía a liberdade dos escravizados à bondade e generosidade da então monarca princesa Isabel. A leitura dá destaque ao movimento abolicionista brasileiro e sua luta pela conquista de medidas que garantissem inclusão social de forma digna e efetiva para os ex-cativos, deixando claro como tais projetos não eram bem aceitos pela ala branca e conservadora do país.

É salientado como o movimento negro e sua luta atravessaram séculos e como suas pautas ainda apresentam elementos abolicionistas nos dias atuais.

Ao abordar a teoria da democracia racial, o texto não usa o termo mito, como também é amplamente utilizado, mas faz associação do tema à figura de Gilberto Freyre, sociólogo brasileiro que afirmava que no Brasil a convivência entre brancos e negros era harmoniosa e pacífica, negando a possibilidade de racismo na sociedade ou amenizando-o ao comparar a outras sociedades que também utilizaram mão de obra escrava. Um contraponto nessa abordagem se dá pela análise da letra da música ‘**A carne**’, interpretada pela cantora Elza Soares. A letra, composição de Seu Jorge, Marcelo Yuka, Ulisses Cappellette, afirma que ‘**a carne mais barata do mercado é a carne negra**’, evidenciando o oposto do que a teoria da democracia racial buscou afirmar. O negro sendo tratado como mercadoria barata e com pouco valor, mesmo tendo sido o grande contribuidor para a construção, manutenção e crescimento da nação brasileira e que precisa, assim como seus antepassados, lutar por direitos, respeito e justiça.

Para uma maior compreensão acerca da permanência do racismo na sociedade brasileira, mesmo após o fim da escravidão, é feita uma análise sobre as questões estruturais da sociedade, suas formas de vida, formas de se organizar; o termo estrutural é utilizado para a compreensão das características e aspectos de sustentação e organização da vida social de um grupo, povo ou comunidade. É provável que dessa forma o objetivo tenha sido obter uma compreensão sobre a estrutura e desenvolvimento das diversas manifestações culturais da sociedade; salientando, porém, que, as mudanças dos aspectos estruturais são complexos e em geral ocorrem ao longo do tempo, mais exatamente no tempo histórico, a longa duração.

Para melhor compreensão, o texto faz uma breve introdução sobre estruturalismo e pós-estruturalismo, destacando a participação dos termos nas pesquisas das ciências humanas e sociais

desde Ferdinand de Saussure (1857-1913) até a revisão do método a partir da década de 1960, por pensadores de diversas áreas de conhecimento, como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jean Baudrillard, Judith Butler e Julia Kristeva. Esses pensadores, considerados pós-estruturalistas, reivindicavam a análise das estruturas sob a ótica de uma ampliação de suas análises, já que para eles a análise sobre as sociedades não poderia se restringir às suas estruturas, sendo necessário abordar suas transformações e os indivíduos que conseguiram rompê-las.

Na abordagem relativa ao sistema escravocrata brasileiro, o texto aponta a necessidade de uma investigação desse sistema para se obter uma compreensão do racismo estrutural, uma vez que o sistema escravista é a origem desse racismo.

Ao relembrar a rentável prática de tráfico de escravizados, tratado no capítulo anterior, responsável por abastecer o continente americano com mão de obra cativa de pessoas africanas em diversas práticas, destaca que mesmo os escravizados sendo dotados de técnicas e exímios conhecedores de tecnologias para a realização de trabalhos, eles não eram valorizados e sequer reconhecidos como cidadãos. A sociedade brasileira os considerava inferiores, e nem mesmo a condição de indivíduos lhes era garantida, sendo conferido a eles um caráter de mercadoria, desprovidos de autonomia sobre seus corpos, os impossibilitando de ter algo essencial, a dignidade.

A cor negra foi o fator predominante para a classificação de escravizados, mesmo aqueles que haviam obtido a liberdade, já que eram obrigados a ter consigo suas alforrias para a comprovação de sua liberdade e para que não serem presos ou vendidos como cativos.

O texto destaca como a população negra, além de ter sua mão de obra explorada, sofria violências físicas e emocionais, sendo eles alforriados ou não; e como essas violências foram naturalizadas na sociedade, que ao estruturar a escravidão tornou natural a privação de direitos básicos ao ser humano, como liberdade e dignidade.

O livro utiliza como recurso pedagógico muitos documentos, como matérias jornalísticas, fotos e tirinhas ou quadrinhos, com o objetivo de exemplificar e tornar tangível a proposta que está sendo trabalhada.

Observa-se no exemplo abaixo:



Livro Ser Protagonista, Capítulo 2, Quadrinho “Racismo sem querer”. Página nº 26.

As imagens da tirinha, intituladas “*Racismo sem querer*”, revelam a normalização de falas e atitudes racistas que foram naturalizadas na nossa sociedade e fazem com que tais falas sejam proferidas sem que haja qualquer constrangimento, uma vez que a falta de letramento e consciência racial atenua a gravidade de tais atos.

A apresentação que aborda o período pós-abolição, discorre sobre a realidade do país após a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. São explorados tanto o contexto político quanto o social dos anos que seguiram após a promulgação da lei para dessa forma se ter noção da origem do racismo estrutural no país. O texto destaca como a libertação dos escravizados através da lei não foi garantia de uma vida digna, já que tal lei não conferia aos ex-cativos medidas que lhes proporcionassem condições de sustento e sobrevivência como os demais cidadãos. A abolição não foi acompanhada de medidas indenizatórias pelos anos de mão de obra explorada, nem mesmo a concessão de moradia ou um local que possibilitasse a edificação de um lar.

As figuras de André Rebouças⁷ e Joaquim Nabuco⁸, grandes vozes abolicionistas, ganham destaque no texto, como aqueles que se empenharam e pleitearam conquistas para a causa negra, como a luta para a realização de uma reforma agrária cujo objetivo seria a concessão de terras aos recém-libertos, pois acreditavam que esse seria um dos caminhos para o recomeço dos ex-escravizados e assim sua integração de forma digna à sociedade.

É igualmente destacado o projeto desenvolvido por André Rebouças, conhecido como “**Democracia rural**”⁹, cujas influências partiam do princípio do liberalismo econômico de Adam Smith¹⁰. O projeto, porém, não obteve vitória, tendo sido a Lei Áurea promulgada em parágrafo único que determinava apenas a libertação.

O texto utiliza uma fotografia ilustrativa que enfatiza a continuidade das práticas racistas mesmo anos após a promulgação da lei abolicionista, conforme abaixo:



Colegio Waldyr Fontoura Cordeiro, Praia de Janeiro (RJ).
Fotógrafo: Jorge Henrique Pippi

Mulher com criança, Petrópolis (RJ), 1899. Embora a foto tenha sido feita cerca de onze anos após a abolição, ela evidencia que as estruturas baseadas no racismo ainda não haviam sido desconstruídas.

Livro Ser Protagonista, Capítulo 2, Mulher com criança. Página nº 27.

⁷ André Rebouças (1838-1898) foi um engenheiro, professor, abolicionista e monarquista brasileiro. O primeiro engenheiro negro a se formar pela Escola Militar.

⁸ Joaquim Nabuco (1849-1910) foi um político, diplomata, advogado e historiador brasileiro. Importante e o popular abolicionistas. Ocupou a cadeira nº. 27 da Academia Brasileira de Letras.

⁹ Projeto de reforma agrária que tinha como objetivo destinar as terras improdutivas dos grandes proprietários a serem repartidas e doadas às populações de ex-escravizados. Título: A Democracia Rural Brasileira. Autor/Colaborador: Rebouças, André, 1838-1898. In. <http://memoria.org.br/pub/meb000000256/democraciarruralb1875rebo/democraciarruralb1875rebo.pdf>

¹⁰ Adam Smith, (1723-1790) foi um economista e filósofo escocês. Considerado o pai da economia moderna. Importante teórico do liberalismo econômico do século XVIII. Sua principal obra "A Riqueza das Nações", é referência para os economistas.

Dando continuidade à utilização de imagens a fim de contribuir com a proposta pedagógica, o capítulo faz uso de manchetes jornalísticas de grandes veículos de comunicação do país, e assim realiza o debate acerca do racismo estrutural. Aqui é enfatizada a realidade dessa exclusão, a qual tem sido historicamente confrontada por intelectuais e militantes da causa negra.

O texto utiliza ilustrações de manchetes jornalísticas que evidenciam as práticas de racismo presentes na sociedade, tendo como objetivo o debate acerca da estrutura que sustenta tais práticas e com base em tudo que já foi estudado até este ponto, fazer com que os alunos sejam capazes de responder a pergunta que intitula o capítulo: Existe racismo no Brasil?

RACISMO ESTRUTURAL: UM PANORAMA GERAL

O diálogo sobre racismo estrutural será retomado em outros momentos deste volume. No entanto, com base no que você estudou até aqui, é provável que responda afirmativamente à pergunta que dá nome a este capítulo.

Existe racismo no Brasil? Sim. Até mesmo a abordagem dessa temática em nosso país é fruto da luta de intelectuais e militantes negros e também de pessoas não negras que identificam que combater o racismo estrutural é essencial para a construção de uma sociedade justa.

Passos relevantes foram dados nesse sentido, tanto pela sociedade civil quanto pelas instituições públicas e privadas, mas ainda há muito para transformarmos. Observe as manchetes selecionadas a seguir e leia as legendas.

JUIZA DIZ QUE RÉU NÃO PARECE BANDIDO POR TER "PELE, OLHOS E CABELOS CLAROS"

Homem foi condenado a 30 anos de prisão por latrocínio

Folha de S.Paulo, 14 mar. 2018. Esta manchete é um indicio de racismo de uma representante do Poder Judiciário, responsável por defender os direitos dos cidadãos e promover a justiça.

MARIELLE FRANCO, VEREADORA DO PSOL, É ASSASSINADA NO CENTRO DO RIO APÓS EVENTO COM ATIVISTAS NEGRAS

Contrária à intervenção federal, a política havia criticado dias antes ação da PM em Acari. Vereadora e seu motorista foram mortos no Estácio, na região central da capital fluminense

El País, 15 mar. 2018. Esta manchete aborda o feminicídio de Marielle Franco, vereadora negra eleita pelo município do Rio de Janeiro em 2018.

APÓS SER CHAMADO DE "MACACO", JOGADOR DO VASCO FAZ GOL E DIZ: "TENHO ORGULHO DA MINHA COR"

Miranda acusa atleta do Independente de racismo em partida pela Copa RS Sub-20, mas segue na partida e faz gol da vitória

Estadão, 12 dez. 2019. Esta manchete revela o racismo no esporte, especificamente no futebol, uma das modalidades mais populares no Brasil.

MILITAR ACUSA VÍTIMA DE TER ATIRADO PARA JUSTIFICAR CASO DOS 80 TIROS NO RIO

Militares dispararam, ao todo, 257 tiros durante a ocorrência em Guadalupe, zona norte do Rio, dos quais 83 atingiram o veículo em que Evaldo e a família estavam

FolhaPE, 12 dez. 2019. Neste caso, o músico Evaldo Rosa, assassinado, era negro e estava em um carro com sua família enquanto circulava pelo bairro de Guadalupe, no município do Rio de Janeiro.

PARA EXPLORAR

» O racismo está nos títulos, nas pautas e nas entrelinhas. Para aprofundar o debate sobre a representação da população negra na mídia, leia o artigo do portal Hysteria sobre o tema. Disponível em: <https://hysteria.etc.br/ler/o-racismo-esta-nos-titulos-nas-pautas-e-nas-entrelinhas/>. Acesso em: 4 abr. 2020.

INTERAÇÃO

As manchetes evidenciam aspectos do racismo estrutural na sociedade brasileira.

1. Imagine que você precise explicar a um colega por que essas manchetes são racistas. Como você explicaria cada uma? Anote seus argumentos no caderno e, depois, compartilhe-os com a turma.

Ao final do capítulo, além do caderno de atividades dos temas abordados, é disponibilizado também o que é chamado de “Práticas de Texto”, cujo objetivo é o de fomentar o desenvolvimento de uma atividade prática a partir das abordagens realizadas no conteúdo do capítulo. A atividade tem por objetivo central levar os discentes a pesquisarem em grupo a respeito do tema trabalhado, criando ao final determinadas medidas eficazes no combate dos problemas elencados.

Segue abaixo a atividade na íntegra:

PRÁTICAS DE TEXTO

Reportagem on-line

Proposta

Considerando os temas abordados neste capítulo no que se refere às consequências da escravidão moderna, perceptíveis no país até os dias atuais, você e os colegas vão escrever uma **reportagem** para ser publicada em um *blog* da turma e compartilhada em redes sociais.

A reportagem tem como finalidade desenvolver determinado tema, apresentando diferentes informações e pontos de vista. Ela não se prende ao relato de um fato específico, como ocorre com a notícia, mas expõe uma série de aspectos que ajudam o leitor a se aprofundar na questão.

Público	Comunidade escolar e leitores interessados no tema.
Objetivo	Levar à reflexão sobre as influências do processo de escravização nas condições de trabalho e sobre questões como o racismo na sociedade brasileira.
Circulação	<i>Blog</i> da turma e compartilhamento em redes sociais.

Planejamento e elaboração

1. **Forme um grupo com até cinco integrantes. Definam o tema da reportagem que vocês vão escrever e uma pergunta norteadora que gostariam de esclarecer ou desenvolver ao longo do texto. Sempre que possível, considerem as características locais da comunidade escolar. Confiram abaixo algumas sugestões.**
 - De forma geral, como andam as condições de trabalho e empregabilidade locais? As oportunidades de trabalho na região em que vocês vivem consideram a diversidade da população local? Como?
 - Que atitudes podem ser adotadas para combater o trabalho análogo à escravidão na região onde vocês vivem?
 - Que atitudes podem ser adotadas por empresas para combater o racismo estrutural? Que medidas sociais são imprescindíveis para combater o racismo?
 - Como o racismo pode ser combatido dentro da escola? Em que medida é possível perceber o autorreconhecimento e a autovalorização da população negra na comunidade em que a escola está inserida? Que exemplos podem ser encontrados?
2. **Para inspirar a pesquisa sobre os temas, leia os textos a seguir.**

TEXTO 1
Em 2018, fiscais identificaram 1,7 mil casos de trabalho escravo no Brasil

A maior parte desses trabalhadores (1,2 mil) estava em áreas rurais e 1,1 mil foram resgatados, segundo o governo federal

[...] Em 2018, ações fiscais da Inspeção do Trabalho, do governo federal, identificaram 1,7 mil casos de trabalho escravo no Brasil. A maior parte desses trabalhadores (1,2 mil) estava em áreas rurais, onde a prática historicamente é mais comum. Foram resgatadas 1133 pessoas. Em todo o ano passado foram realizadas 231 inspeções. Em um quarto delas houve registro de trabalho análogo ao de escravo.

Desde que o governo brasileiro reconheceu a existência dessa prática ilegal e passou a combatê-la, em 1995, os grupos de fiscalização da Inspeção do Trabalho resgataram 53607 trabalhadores nessa condição em todo o país. Nesse período, foram pagos mais de R\$ 100 milhões em verbas salariais e rescisórias durante as operações.

[...]

De acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, caracterizam o trabalho análogo ao de escravo condições degradantes de trabalho (incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais [que] coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador), jornada exaustiva (em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta danos à sua saúde ou risco de vida), trabalho forçado (manter a pessoa no serviço através de fraudes, isolamento geográfico, ameaças e violências físicas e psicológicas) e servidão por dívida (fazer o trabalhador contrair ilegalmente um débito e prendê-lo a ele). Os elementos podem vir juntos ou isoladamente.

Em 2018, fiscais identificaram 1,7 mil casos de trabalho escravo no Brasil. *O Globo*, 28 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/em-2018-fiscais-identificaram-17-mil-casos-de-trabalho-escravo-no-brasil-23409423>. Acesso em: 30 mar. 2020.

30
Não escreva no livro.

TEXTO 2**Combate a racismo exige reconhecimento de privilégios da branquitude**

Vantagens materiais e simbólicas de pessoas brancas precisam ser notadas para enfrentamento da discriminação

Você vai às compras sozinha sabendo que não será seguida ou perturbada?

Se ligar a TV ou abrir o jornal, é certo que verá pessoas da sua raça amplamente representadas?

Quando um policial para seu carro, você tem convicção de que não foi por causa da sua cor?

[...]

Se respondeu “sim” a essas perguntas, com certeza você é uma pessoa branca. Esses são alguns dos 46 privilégios brancos elencados pela pesquisadora americana Peggy McIntosh em 1988, quando a acadêmica feminista e antirracista se tornou a principal divulgadora dos estudos críticos da branquitude (“whiteness”, em inglês) enquanto lugar social de vantagens materiais e simbólicas. [...]

MENA, Fernanda; CAMAZANO, Priscila. Combate a racismo exige reconhecimento de privilégios da branquitude. *Folha de S. Paulo*, 15 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/12/combate-a-racismo-exige-reconhecimento-de-privilegios-da-branquitude.shtml?origin=folha>. Acesso em: 30 mar. 2020.

Branquitude: termo que se refere à identidade racial branca, relacionado aos privilégios simbólicos e objetivos desse segmento em detrimento da população não branca.

3. Um dos elementos-chave de uma boa reportagem é a qualidade da pesquisa feita previamente. Para embasar o texto, vocês podem utilizar fontes:

- **escritas**, como notícias, verbetes de enciclopédia, gráficos, infográficos e textos informativos. Observem se as publicações são confiáveis e anatem autores, nome das publicações, *links*, etc.;
- **orais**, como entrevistas e relatos. Nesse caso, convidem especialistas ou outras pessoas envolvidas com o tema, combinem horário e local para a realização da entrevista (ou videoconferência), elaborem o roteiro com perguntas e providenciem equipamento para registrar a conversa em vídeo, áudio ou por escrito. Se necessário, solicitem a autorização dos entrevistados para a divulgação das informações.

4. A reportagem deve conter estes elementos:

- título;
- título auxiliar que chame a atenção do leitor;
- lide ou parágrafo inicial resumindo os elementos principais a serem desenvolvidos no texto;

- corpo do texto, com parágrafos de desenvolvimento do tema e um parágrafo de conclusão;
- mapas, gráficos e imagens para complementar as informações, com as respectivas legendas;
- nome do(s) autor(es) da reportagem.

5. Procurem ampliar a reflexão sobre o tema, levantando diferentes pontos a respeito da questão abordada.

6. Para ressaltar determinadas opiniões, utilizem argumentos consistentes com base em exemplos, dados estatísticos de fontes confiáveis, opiniões de especialistas, profissionais e outros envolvidos, além dos relatos ou entrevistas coletados pelo grupo.

7. Utilizem uma linguagem coerente com a situação de comunicação e com o público-alvo do texto.

8. Atentem para a coerência e a coesão do texto, a pontuação das frases, a divisão dos parágrafos, a ortografia e a acentuação das palavras.

Revisão e reescrita

1. Releiam e avaliem o texto, observando os seguintes elementos:

O texto apresenta título, título auxiliar, lide e um parágrafo inicial resumindo o tema a ser abordado?

O texto traz informações pertinentes que ajudam a ampliar a discussão sobre o tema?

As fontes pesquisadas são confiáveis e estão devidamente identificadas?

Há recursos imagéticos complementares devidamente descritos por meio de legendas?

A linguagem e o registro do texto estão adequados à situação de comunicação e sem desvios ortográficos?

2. Façam os ajustes e as melhorias que considerarem necessários e redijam a versão final, salvando-a em uma pasta compartilhada entre o grupo.

3. Caso haja imagens ao longo do texto, atentem para que o tamanho delas possibilite uma boa visualização.

Circulação

1. Publiquem o texto no *blog* da turma. Caso não tenham um *blog*, pesquisem por *sites* gratuitos para a criação da página e criem uma conta compartilhada.

2. As reportagens devem ser publicadas no *blog*, uma por vez, atentando para os tamanhos do texto e das imagens, o espaçamento entre parágrafos, etc.

3. Leiam os textos dos outros grupos e deixem comentários sobre eles, sempre prezando pelo respeito e pela troca cooperativa de informações.

Não escreva no livro.

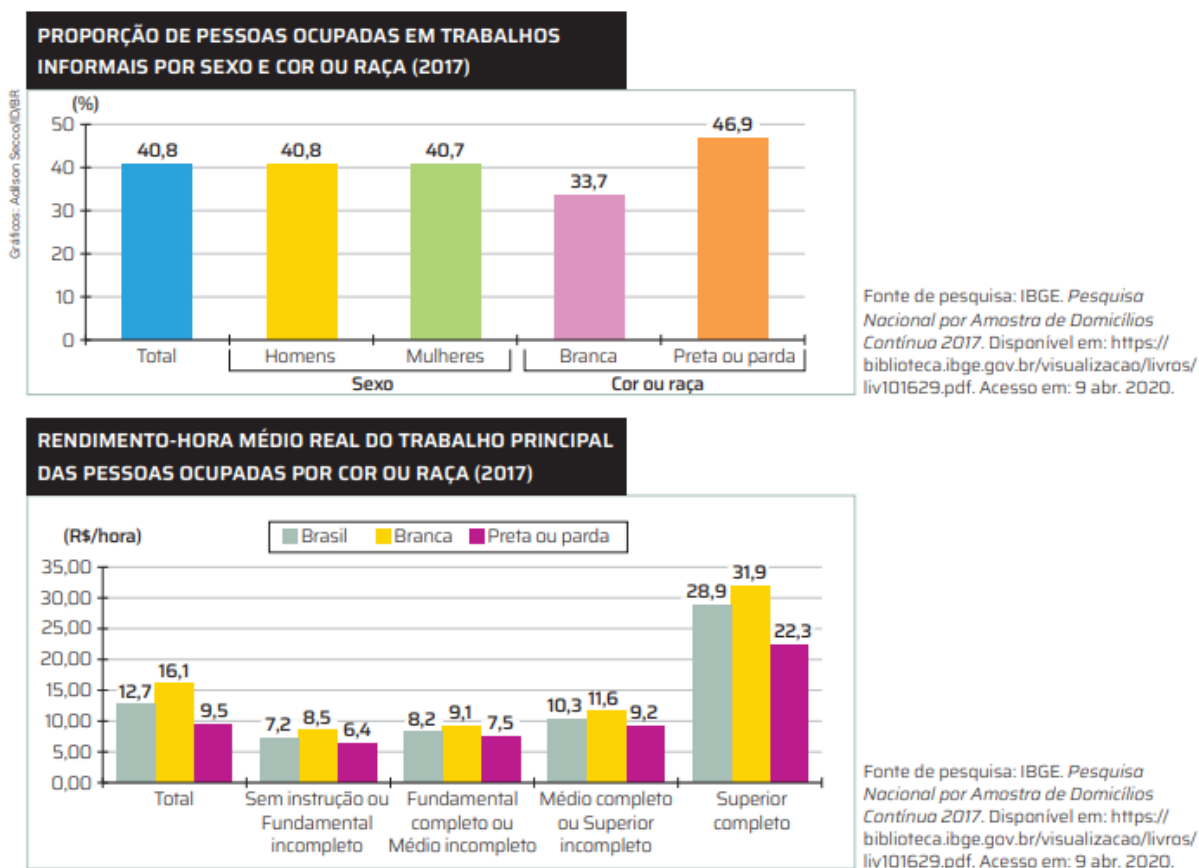
2.3.3 Capítulo 3 (Unidade 1) – Vidas negras no Brasil.

Neste terceiro capítulo o objetivo é expor os índices sociais e questionar quem é ou quem são os alvos da violência no Brasil, destacando ainda as personalidades que se tornaram protagonistas nas lutas e manifestações em prol da causa negra.

O destaque do capítulo é o tema “**Vidas negras no Brasil**”, cuja primeira frase do texto é “**Parem de nos matar!**”, como um apelo de medidas urgentes e eficazes para a preservação de vidas negras. Tal fala evidencia a súplica de um grupo de pessoas que se vê de forma recorrente como alvo da violência cotidiana, cujo maior número de vítimas são pessoas pretas e pobres. O capítulo esmiúça a origem da desigualdade social brasileira, que se configura no período colonial através, principalmente do acúmulo de grandes fortunas por meio da exploração da mão-de-obra escravizada, contribuindo para a desumanização de pessoas pretas por mais de 3 séculos. É salientado como mesmo com o fim da escravidão, a Lei Áurea não fomentou meios que tivessem a finalidade de oferecer uma reparação aos povos cativos ou mesmo inseri-los na sociedade dignamente, uma vez que estes se viram sem um lugar para recomeçar a vida e sem oportunidades dignas de trabalho e sobrevivência.

O capítulo ratifica a participação dos descendentes dos escravizados africanos como os responsáveis pela mobilização através de lutas e resistências no intuito de se manterem, vivos, mesmo diante das barreiras econômica, social e cultural que lhes foram impostas. As lutas não se pautavam apenas pela sobrevivência, mas ao reconhecimento e pertencimento, porém ainda são os principais alvos da violência que se manifesta perante a ausência de políticas públicas e em razão do racismo presente na estrutura da sociedade brasileira.

Para configurar as informações do tema explicitado, o capítulo apresenta fontes de pesquisas através de gráficos, que destacam em números a desigualdade, conforme as imagens abaixo:



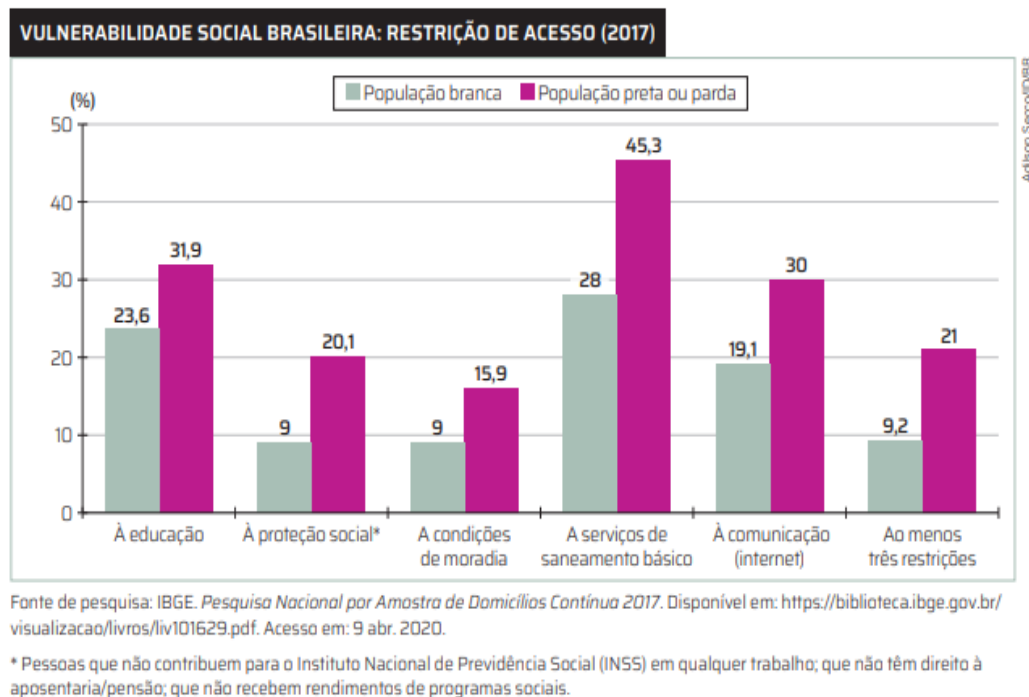
Livro Ser Protagonista, Capítulo 3, gráficos de proporção de pessoas ocupadas em trabalhos informais e por sexo e cor ou raça e rendimento-hora média real do trabalhador principal das pessoas ocupadas por cor ou raça (2017). página nº 33.

O presente capítulo chama atenção para o trabalho informal e o que o define, apontando suas características, como a ausência de registros em carteira e, conseqüentemente, a falta de proteção social e garantia de direitos trabalhistas, assim como a precariedade dos serviços e os riscos aos quais estes trabalhadores estão expostos.

Os dados que se debruçam sobre a vulnerabilidade negra, tratados neste capítulo, mostram que há um elevado índice de pessoas pretas expostas a inseguranças físicas e sociais. É possível observar como tais fatores contribuem para as condições de desigualdade, mas que são aceitas para que se possa sobreviver.

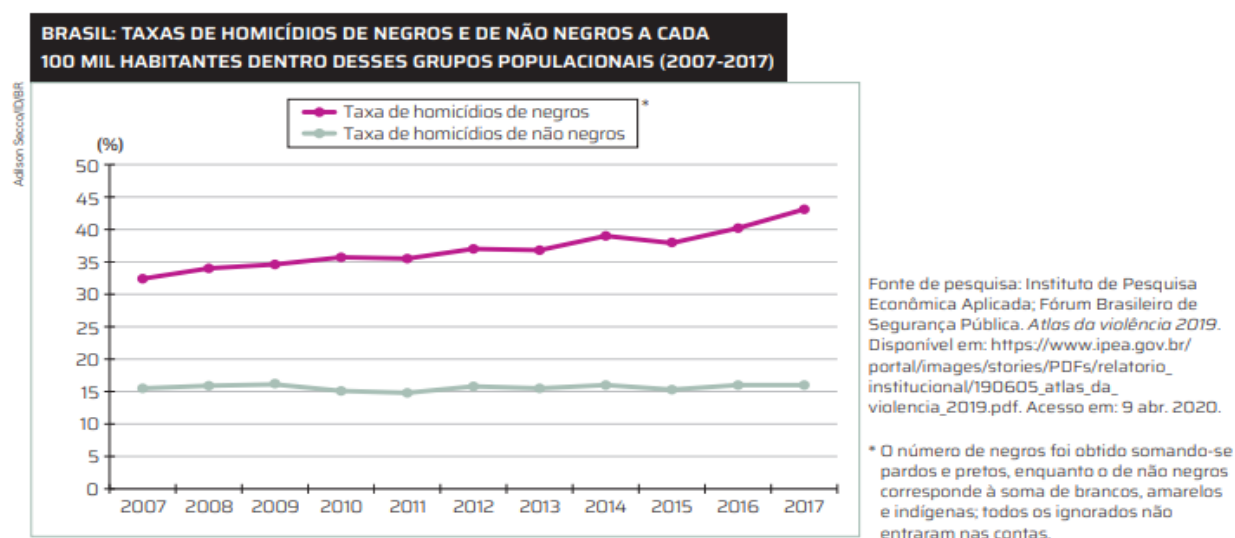
O texto afirma ainda que a ideia da informalidade está ligada diretamente à sociedade escravista, responsável por não conferir o devido reconhecimento aos trabalhadores, em especial o braçal, e acrescenta que os reflexos desse passado sobre a informalidade, se fazem presentes nos dias atuais, uma vez que há uma busca incessante por lucros, redução de gastos com a força de trabalho, obtendo assim um aumento de riqueza daqueles que detém os meios de produção. Texto

oferece um gráfico com índices acerca da vulnerabilidade social brasileira, que pode ser conferido na imagem a seguir:



Livro Ser Protagonista, Capítulo 3, gráfico: Vulnerabilidade social brasileira: restrição de acesso (2017). Página 34.

A parte que realiza abordagens sobre a violência no Brasil, apresenta um gráfico com as taxas de homicídio nos estados brasileiros, sendo possível observar como o índice mostra números elevados de pessoas negras em comparação às não negras, como revela o título, os alvos da violência.



Livro Ser Protagonista, Capítulo 3, gráfico: Brasil – taxas de homicídios de negros e não negros a cada 100 mil habitantes dentro desses grupos populacionais (2007 - 2017). Página 35.

Ao indagar os motivos e realidades contidos no gráfico, o texto destaca os possíveis fatores a partir de dados socioeconômicos e as disparidades presentes nas questões salariais, no número de negros na informalidade, além das condições de sobrevivência em que estão inseridos. A marginalização socioeconômica também é apontada como um dos fatores que contribuem para a entrada do jovem negro na criminalidade, assim como a falta de oportunidade de obtenção de cidadania, falta de estudo e a falta de emprego.

A guerra entre facções, outro tema abordado pelo capítulo ainda na discussão da temática violência, salienta como ela não faz vítima apenas aqueles que adentram no tráfico, mas atinge a população dos bairros pobres que se veem muitas vezes em meio ao fogo cruzado entre traficantes e policiais, tornando-se vítimas de balas perdidas e da violência policial.

Após as diversas observações sobre a vulnerabilidade do povo negro, o capítulo versa sobre o antirracismo, uma arma contra o genocídio negro. O texto afirma que as respostas para a compreensão da vulnerabilidade negra estão além da desigualdade do presente e mais uma vez lança um olhar para o passado colonial escravista, no qual a naturalização da violência contra o negro, segundo o texto, tem suas origens. Uma vez que durante séculos foi dispensado a negros e negras a desumanização e em razão disso é possível que haja um abismo entre brancos e negros no que se refere à oportunidade de acesso, bem como seus direitos e necessidades são compreendidos e é no racismo estrutural que se encontram as bases da desigualdade.

O 3º capítulo fornece duas opções de aprofundamento do tema nas leituras, sendo uma delas de Nilma Lino, na obra *Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra* (2018). e o livro “*Parem de nos matar!*” (2016) de Cidinha Silva; ambas as obras dialogam com a figura adolescente e jovem a respeito da temática da violência contra corpos negros.

PARA EXPLORAR

» **#Parem de nos matar!**, de Cidinha da Silva. São Paulo: Pólen Livros, 2016.

O livro reúne crônicas de uma escritora e dramaturga negra que vivencia o racismo no cotidiano e pensa seu lugar na sociedade. Além de tratar do racismo estrutural e denunciar o genocídio contra a juventude negra, a autora trata de histórias, construções culturais e resistência de um povo que tem sobrevivido na luta histórica por liberdade.



Referência da edição

Qual é a relação entre a [garantia] do direito à vida e a juventude negra? Como esse direito tem sido afetado pelo racismo? Será que a vida dos nossos jovens negros ao invés de ser garantida está sendo, na realidade, criminalizada? Há um extermínio da vida dessa juventude? Um genocídio? Quem luta para garantir o direito à vida dos nossos jovens negros? A educação se preocupa com essas questões?

[...]

É possível dizer que, nos últimos anos, tem aumentado a consciência política sobre a situação de extermínio da juventude negra. Além da denúncia, a vontade política e jurídica de alguns setores em conhecer as causas desse extermínio vem sendo despertada. Dentre as causas mais citadas teríamos: a violência urbana, a pobreza e a vulnerabilidade social, o tráfico, a ausência de uma política democrática de segurança. Somado a elas existiria, ainda, toda uma situação de falta de acesso à educação escolar, a ausência de equipamentos públicos de lazer nos bairros pobres, vilas e favelas, baixa ou pouca inserção no mercado de trabalho de maneira digna, pouco acesso aos bens culturais, disputa entre os próprios jovens resultando em morte por armas de fogo.

[...] Mas fica sempre a pergunta: essas são, de fato, as causas do extermínio da juventude negra?

[...] existe uma macrocausa que gera toda a violência que se volta contra essa juventude e que não tem sido discutida pelas políticas públicas e nem tem sido analisada com profundidade pelas ciências sociais e humanas, com destaque para o campo da educação: o racismo.

[...]

A campanha Vidas Negras: pelo fim da violência contra a juventude negra no Brasil (ONU/BR) assumiu publicamente que o racismo é a macrocausa do extermínio da juventude negra. Em relação à situação dos jovens negros apontada pelos dados oficiais, a campanha defende que: "esta morte precisa ser evitada e, para isso, é necessário que Estado e sociedade se comprometam com o fim do racismo – elemento-chave na definição do perfil das vítimas da violência".

GOMES, Nilma Lino; LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, 23 nov. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100657&lng=pt&nrm=iso#B2. Acesso em: 10 abr. 2020.

Livro Ser Protagonista, Capítulo 3, Para explorar. Página 36.

“*Sim, vidas negras importam!*” Esta é a afirmação da página 37 do 3º capítulo do livro. As manifestações negras cada vez mais deixam claras suas insatisfações e reivindicam seu lugar de forma digna na sociedade. As lutas por sobrevivência e a resistência negra ganham destaque neste capítulo, bem como as propostas de análise das políticas públicas para a promoção da igualdade racial. Temáticas relativas à consciência negra, militância e aquilombamentos vêm acompanhadas de sugestões para a realização de atividades práticas que contribuiriam na reflexão concernente ao racismo estrutural.

A ascensão de figuras públicas negras – tal como André Rebouças –, bem como o surgimento de espaços de sociabilidade e conhecimento orquestrados por parte da população negra geral – irmandades, associações, jornais – são elementos apontados no texto enquanto fenômenos sociológicos de luta, denúncia e de promoção de autoestima negra no Brasil.

O capítulo destaca ainda determinadas conquistas negras, tal como a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) no ano de 1930. Enquanto partido político, a FNB promoveu, dentre outras coisas, a luta contra a discriminação em locais públicos. Além disso, o texto evidencia ainda importantes figuras, tais como Abdias Nascimento – artista e intelectual responsável pela criação do Teatro Experimental do Negro, em 1944 – e Lélia Gonzales (1935-1994), integrante do Movimento Negro Unificado (MNU), cujo objetivo era o de denunciar a exploração do trabalho de mulheres negras na forma de má remuneração e ausência de direitos trabalhistas. Lélia foi ainda fundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCU) e, conforme narra o texto, foi uma das responsáveis por desconstruir o *Mito da Democracia Racial*, o qual proclama que o Brasil fora, já nos tempos coloniais, um ambiente agradável e acolhedor às diferentes raças, escondendo todo o processo de dominação e perpetuação de violências que impedia o povo brasileiro de enxergar o racismo como problema real.

VIDAS NEGRAS IMPORTAM! HISTÓRIAS DE LUTAS, SOBREVIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

Ao reivindicar a máxima "Parem de nos matar!", os movimentos negros expõem suas insatisfações e mostram a consciência de suas condições na sociedade brasileira, assim como suas articulações políticas. A própria organização e divulgação de pesquisas como as publicadas pelo IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Seppir, entre outros institutos e órgãos, revela a mobilização política em torno dos fenômenos sociológicos que envolvem a população negra do Brasil.

Toda essa trajetória de luta e resistência é antiga e passa pelos aquilombamentos dos escravizados e pela luta de abolicionistas como André Rebouças, engenheiro negro que defendia a reforma agrária como meio de amparar os recém-libertos despossuídos. No período pós-abolição, tiveram continuidade as irmandades, espaços de apoio mútuo e de fortalecimento comunitário, assim como foram inaugurados, por membros da classe média e das elites negras, jornais impressos que denunciavam o racismo e promoviam a autoestima afrodescendente.

A partir da organização de um desses jornais, foi fundado, na década de 1930, o partido político Frente Negra Brasileira (FNB), movimento que lutava contra a discriminação racial em lugares públicos. Nesse contexto, destaca-se Abdias do Nascimento (1914-2011), artista e intelectual que iniciou sua militância como membro do FNB, ampliando sua atuação ao inaugurar o Teatro Experimental do Negro (1944-1961), e investiu em sua carreira política assumindo diversos cargos públicos, inaugurando a Secretaria do Movimento Negro do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Como deputado federal que compôs a Assembleia Nacional Constituinte, Abdias articulou a aprovação do projeto de criminalização do racismo na Constituição de 1988.

Além de Abdias do Nascimento, outros intelectuais se destacaram na militância negra, como a historiadora, filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994), que, a partir dos anos 1970, focou as questões raciais em sua produção acadêmica, sobretudo a condição das mulheres negras, oprimidas pelo viés do gênero e da raça. Integrante do Movimento Negro Unificado (MNU), Lélia denunciava a exploração do trabalho das mulheres negras como empregadas domésticas mal remuneradas e sem direitos trabalhistas, associando o contexto dessa mão de obra precarizada à herança colonial das escravas domésticas. Fundadora do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), Lélia desconstruiu o mito da democracia racial, uma vez que ele funcionava como um elemento de dominação e perpetuação de violências que impedia o povo brasileiro de enxergar o racismo como um problema real e, portanto, impossibilitava sua problematização e superação.

A militância e a produção acadêmica de estudiosos como Lélia Gonzalez, entre os anos 1970 e 1990, contribuiu para a conscientização do racismo como elemento de segregação racial e mantenedor da profunda violência que marca a sociedade brasileira.



O Teatro Experimental do Negro encenava peças que abordavam as condições em que vivia a população negra no Brasil e no mundo, contribuindo para a conscientização racial e para a divulgação de símbolos culturais negros. Além do compromisso artístico com o teatro, a companhia viabilizava concursos de beleza para promover a autoestima das pessoas negras e atuava politicamente contra o racismo. Ela também deu origem à Associação das Empregadas Domésticas e ao Conselho Nacional de Mulheres Negras. Na foto, Abdias do Nascimento (abaixado) e Léa Garcia (em pé, à direita) em 1957.



Livro Ser Protagonista, Capítulo 3, Vidas Negras Importam! Histórias de lutas, sobrevivência e resistências, página nº 37.

Ainda sobre a temática que trata as políticas públicas que visam a igualdade racial, o texto destaca como tais conquistas se deram através de séculos de lutas por intervenção do movimento negro, que assim foi obtendo espaço na política institucional do país. No ano de 1995, durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, a sociedade brasileira pleiteou a criação de políticas públicas que atenderiam as demandas relacionadas aos casos de racismo e à marginalização da população negra. Foi nesse contexto que se originou o *Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra*, ainda no ano de 1995. O texto cita também o OIT – Organização Internacional do Trabalho, que a partir das denúncias recebidas, tornou-se primordial para os debates sobre a discriminação racial no mercado de trabalho, influenciando assim o governo brasileiro a definir novas diretrizes públicas. É citado ainda a criação do Programa Nacional dos Direitos Humanos, em 1996, responsável por abordar pela primeira vez a abordagem sobre as desigualdades que afetam a população negra em razão da raça.

Já a partir dos anos 2000, mais precisamente em 2003, agora na gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é destacada a criação do SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), tendo como objetivo a inclusão social, a redução das desigualdades sociais e a promoção da igualdade racial. A secretaria dialogava com os ministérios na busca da implantação de políticas de ações afirmativas, além da criação de uma economia local que atenderia os remanescentes de quilombos e promoveria a capacitação de demais comunidades negras para gestão pública e o fortalecimento da atuação política.

Um apontamento muito importante nesse capítulo é a abordagem sobre a criação da Lei nº10.639, como mais uma grande conquista do Movimento Negro para conquista de igualdade racial, responsável por incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, presentes tanto nas disciplinas escolares quanto nos materiais didáticos. Vale ressaltar que a lei passou por ajuste no ano de 2008 – através da Lei nº11.645 –, momento em que foi incluída também a temática indígena.

O texto ainda menciona a Lei de Cotas, aprovada no ano de 2012, na gestão da então presidente Dilma Rousseff. Neste sentido, fica notabilizada a instituição de uma reserva de vagas nas universidades federais a estudantes advindos de escolas públicas, de baixa renda, além de pretos, pardos e indígenas. Segundo o texto, o estímulo da história e da cultura afro-brasileira tem contribuído para a reflexão sobre o protagonismo histórico ao longo de séculos. Além disso, a presença de pessoas negras no ensino superior teria possibilitado maior inserção social e o fortalecimento do debate acerca da promoção da igualdade em uma sociedade democrática.

Abaixo, uma linha do tempo dos ministros-chefes que atuaram na SEPPIR.



Livro Ser Protagonista, Capítulo 3, Os ministros-chefes da Secretaria de Políticas de promoção da Igualdade Racial, página nº 38.

A importância da formação de novos quilombos atualmente é mostrada através do texto “Tempo de nos aquilombar” de Conceição Evaristo¹¹, que faz uma reflexão sobre o movimento que já está em crescimento, salientando que o termo quilombo vai além da ideia dos espaços onde viviam os escravizados fugidos, mas um espaço de encontros e sociabilidade no intuito do fortalecimento da identidade negra e para a discussão de estratégias de lutas e resistências. De acordo com o texto, tais espaços se originam em espaços universitários, cursinho populares, ocupações de moradias dignas, em movimentos políticos, associações culturais (grupos de capoeiras, blocos de carnaval, festas folclóricas, saraus, movimentos de música negra, bem como em feiras de empreendedorismo e redes sociais), pois é nesses espaços que a voz negra se amplifica.

Abaixo uma imagem da publicação do texto:

¹¹ Maria da Conceição Evaristo de Brito, Graduada em Letras pela UFRJ, trabalhou como professora da rede pública de ensino da capital fluminense. É Mestre em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estuda as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edimilson de Almeida Pereira em confronto com a do angolano Agostinho Neto e participante ativa dos movimentos de valorização da cultura negra no Brasil.

CONSCIÊNCIA NEGRA, MILITÂNCIA E AQUILOMBAMENTOS

Tempo de nos aquilombar

É tempo de caminhar em fingido silêncio,
e buscar o momento certo do grito,
aparentar fechar um olho evitando o cisco
e abrir escancaradamente o outro.

É tempo de fazer os ouvidos moucos
para os vazios lero-leros,
e cuidar dos passos assuntando as vias,
ir se vigiando atento, que o buraco é fundo.



Ilustrações: Lúcia Souza/OJB/E

É tempo de ninguém se soltar de ninguém,
mas olhar fundo na palma aberta
a alma de quem lhe oferece o gesto.
O laçar de mãos não pode ser algema
e sim acertada tática, necessário esquema.

É tempo de formar novos quilombos,
em qualquer lugar que estejamos,
e que venham os dias futuros, salve 2020,
a mística quilombola persiste afirmando:
"a liberdade é uma luta constante".

Evaristo, Conceição. Tempo de nos aquilombar. *O Globo*, 31 dez. 2019.
Disponível em: <http://levantebh.com.br/arte-e-cultura/tempo-de-nos-aquilombar-de-conceicao-evaristo/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Livro Ser Protagonista, Capítulo 3, Consciência negra, militância e aquilombamentos, página nº 39.

A conclusão do terceiro capítulo se dá através da proposta da prática de pesquisa, cujo tema é Racismo Estrutural. Nesta seção o objetivo é o de promover uma investigação a respeito do racismo estrutural na sociedade brasileira, propondo assim uma análise da reprodução sistêmica das práticas racistas, através da revisão bibliográfica sobre o tema destacado, além da utilização de artigos em periódicos acadêmicos que tratam acerca disso e que são sugeridos como parte da atividade. Todas as instruções são passadas no intuito de os alunos elaborarem um texto a partir dos dados coletados por eles na pesquisa empreendida. São levantados diversos questionamentos que precisam ser respondidos com base na análise realizada. Ao final, os alunos apresentariam os seus resultados. O que se pode perceber é a tentativa de gerar participação dos alunos de modo mais ativo, estimulando-os a identificar o problema e produzir análises a seu respeito. Além disso, eles seriam levados a refletir acerca de maneiras de lidar e solucionar este problema, apresentado à turma suas observações.

PRÁTICAS DE PESQUISA

Racismo estrutural

Para começar

Durante mais de três séculos, os africanos escravizados foram trazidos à força de seu continente por meio do tráfico negreiro para suprir a demanda por mão de obra cativa no Brasil. Ainda hoje sofremos as consequências desse sistema escravocrata que estruturou a sociedade brasileira. E uma delas é o racismo.

O filósofo Silvio de Almeida é um dos principais expoentes do estudo de questões étnico-raciais no Brasil, com ênfase no racismo estrutural. Seguindo ele:

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. [...]

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. In: RIBEIRO, Djamilia (coord.). *Feminismos plurais*. São Paulo: Pólen, 2019. p. 50.

Nesta seção, vamos fazer uma investigação sobre o racismo estrutural no Brasil, analisando como se dá a reprodução sistêmica de práticas racistas na sociedade brasileira. Para isso, realizaremos uma revisão bibliográfica sobre esse tema.

O problema

Segundo os critérios do IBGE, pretos e pardos, proporção que compõe a população negra, são mais da metade dos brasileiros. Entretanto, ainda hoje, os indicadores sociais dessa parcela da população são inferiores aos dos brancos em decorrência de uma condição histórica que restringiu o acesso dessa população aos mesmos direitos dos brancos.

O racismo faz parte da estrutura da sociedade brasileira. Contudo, isso não retira a responsabilidade de cada um de nós sobre a prática de condutas racistas, o que nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo, com a adoção de práticas antirracistas.

A investigação

- Prática de pesquisa: revisão bibliográfica

Material

- Folhas para anotações, lápis e caneta
- Computador com acesso à internet
- Livros para consulta

Procedimentos

Parte I - Planejamento e análise

- Organizem-se em grupos de quatro ou cinco integrantes.
- Cada grupo deve escolher uma das três obras de referência indicadas abaixo, de modo que cada livro seja analisado por pelo menos um grupo da sala.

Identifiquem, no livro escolhido, os capítulos e trechos que tratam diretamente das características do tema racismo estrutural e façam, individualmente, a leitura e o fichamento desse material.

- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. In: RIBEIRO, Djamilia (coord.). *Feminismos plurais*. São Paulo: Pólen, 2019. p. 50.
- RIBEIRO, Djamilia. *Pequena manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

- Reúnam-se com o grupo e discutam os conceitos e as proposições do autor ou da autora dos livros relacionados às características do racismo estrutural no Brasil, fazendo perguntas do tipo: Como o racismo é estruturado na sociedade brasileira? Por que as práticas racistas ainda fazem parte do cotidiano dos brasileiros? Como devemos lidar com situações em que ocorrem práticas racistas? Anotem suas conclusões, elas serão importantes na etapa de elaboração do texto de revisão bibliográfica.

Parte II - Levantamento de artigos

- Façam um levantamento de artigos em periódicos acadêmicos que tratem do tema, com o objetivo de complementar, ampliar ou mesmo se contrapor às proposições do(a) autor(a) de referência. Os artigos devem ser recentes, com menos de cinco anos.

- A seguir, indicamos revistas acadêmicas reconhecidas, todas com versão eletrônica disponível na internet. Se julgarem necessário, vocês podem ampliar a pesquisa consultando outras publicações, mas é importante que elas sejam acadêmicas, ou seja, publicadas por universidades ou centros de estudo.

- Revistas Negras* - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
- Afro-Ásia* - Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- Revista Brasileira de História* - Associação Nacional de História (ANPUH)
- Tempo* - Universidade Federal Fluminense (UFF)
- Varia História* - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Clio* - Programa de pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
- Conoa do Tempo* - Universidade Federal do Amazonas (Ufam)

- Acessem o site da revista e façam uma busca por palavras-chave, como "questões étnico-raciais", "racismo estrutural" e "práticas antirracistas".

- Para que o grupo tenha contato com uma quantidade razoável de artigos, cada integrante deve se responsabilizar por realizar a leitura de um ou dois artigos, fazer o fichamento e apresentar um resumo dos artigos aos colegas.

Parte III - Elaboração do texto

- Com todas as anotações em mãos, redijam um texto final com as conclusões a que vocês chegaram. Primeiro, apresentem o problema, o livro de referência escolhido e seu(sua) autor ou autora e os conceitos e proposições de cada um em relação ao tema. Em seguida, apresentem os artigos lidos por vocês, mostrando de que forma eles complementam, ampliam ou se contrapõem às ideias do(a) autor ou da autora de referência.

- Formatem o texto segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e façam a revisão bibliográfica.

- Tipo de letra: Arial ou Times New Roman. Sempre seguindo o mesmo padrão do restante do documento.
- Tamanho da fonte: 12 (em todos os elementos).
- Margens: 3 cm superior e esquerda / 2 cm inferior e direita.
- Capa: no topo da folha, centralizado, escreva em negrito o nome de sua instituição de ensino. Depois, três parágrafos abaixo, insira o nome dos integrantes do grupo em letra maiúscula.
- No centro da capa, escreva o título do trabalho em negrito e em letra maiúscula e, se houver, o subtítulo, sem negrito e em letra maiúscula. Na parte inferior da página, nas últimas duas linhas, escreva, centralizado, o local (cidade e estado) na primeira linha e, na segunda, a data (ano).

Questões para discussão

- Que desafios vocês encontraram durante a realização desse tipo de pesquisa? O que foi mais fácil e o que foi mais difícil de fazer?
- Segundo a pesquisa feita por todos os grupos, como são apresentadas as questões étnico-raciais? Quais são as principais características das práticas de manifestações racistas no Brasil? Como vocês percebem essas manifestações discriminatórias no cotidiano?
- Quais são as contribuições que essa pesquisa pode trazer para o combate ao racismo?
- Quais seriam as principais práticas antirracistas que deveríamos adotar no cotidiano? Como a luta contra as discriminações contribui para a consolidação da democracia no Brasil?

Comunicação dos resultados

Para que o resultado das pesquisas realizadas por vocês possa ser compartilhado com outras pessoas que se interessem pelo assunto, com o auxílio do professor, organizem uma revista com a coletânea das revisões bibliográficas feitas pela turma. Criem um nome e uma capa para a revista. Na primeira página, elaborem um texto explicando do que se trata. Em seguida à página de apresentação, componham os títulos dos trabalhos da turma na sequência em que são apresentados.

Livro Ser Protagonista, Capítulo 3, Práticas de pesquisa. páginas nº 42 e 43.

O presente capítulo explora temas que anteriormente não tinha espaço nas obras didáticas e que atualmente estão se tornando cada vez mais pautas recorrentes e necessárias em nossa sociedade. A temática versa sobre a valorização das vidas negras e ao mesmo tempo explicita os índices sociais e a violência a estes grupos cada vez mais crescentes, tendo em vista que o legado de desumanização do pós-abolição contribuiu de forma negativa na vida dos povos pretos do Brasil.

O texto ressalta ainda a luta dos movimentos negros a partir dos descendentes de escravizados a fim de obter conquistas sociais, culturais e econômicas que por muito tempo lhes fora negado.

O capítulo conta ainda com a utilização de gráficos e imagens que apresentam dados quantitativos acerca do trabalho desenvolvido por pessoas pretas, as taxas de vulnerabilidade social e percentuais de homicídios que atingem majoritariamente pessoas pretas e pobres.

É possível observar que a utilização de figuras e dados cria uma relação tangível com os alunos, tornando mais perceptível as reais condições em que as populações negras estão inseridas em nossa sociedade.

Um ponto muito importante que é destacado neste capítulo é protagonismo conferido às personalidades negras como intelectuais, artistas e políticos que utilizaram seus espaços e voz para denunciar violências, preconceitos e desigualdades e também para pleitear melhores condições de vida, direitos à dignidade e valorização dos negros brasileiros através de sua militância. Nesse contexto são destacadas as conquistas empreendidas pelo Movimento Negro, como a lei 10.639, bem como a Lei de Cotas, órgãos de valorização e promoção de igualdade racial e demais políticas públicas.

Proposta de intervenção pedagógica

Conforme previamente apresentado, o livro didático é uma das principais ferramentas da educação básica na rede pública de ensino, bem como uma obra literária de referência, sendo utilizado através da mediação do docente na facilitação no processo de aprendizagem. De toda forma, embora ele ocupe um lugar de protagonismo, o livro didático não é o único material com finalidade de ensino o qual os estudantes podem mobilizar, sendo possível a utilização de outros recursos e mídias de aprendizagem. Após a análise empreendida nesse trabalho, e diante daquilo que foi fornecido pelo próprio livro, a proposta de intervenção pedagógica seria a criação de um WebLivro desenvolvido pelos próprios alunos sob as orientações do professor, cujo objetivo está voltado em evidenciar as causas e formas de combate ao racismo e outros preconceitos, aprofundamento em temáticas de pautas negras, desconstrução de estereótipos e destacar a importância de figuras negras e sua contribuição nas diversas áreas da sociedade.

A construção se daria da seguinte forma: Após as aulas da unidade 1 do livro, que tiveram como abordagem os capítulos 1, 2 e 3, cujos temas trabalhados foram as questões raciais e étnico-raciais, servirá de ponto de partida para a atividade a ser elaborada por eles.

A turma deverá ser dividida em 3 grandes grupos, onde cada um dos grupos representará um dos capítulos trabalhados (1, 2 e 3). Cada grupo terá aproximadamente 10 alunos que se organizarão para a construção dos capítulos que irão compor o livro. Assim como a estrutura dos livros didáticos do Novo Ensino Médio foi pensada também na promoção da interdisciplinaridade, o livro a ser produzido deverá conter dados que sejam fornecidos pelas disciplinas de Artes (teatro, cinema, música...), Ciência, Literatura (obras literárias), Matemática (dados estatísticos), Geografia e demais disciplinas. Cada grupo receberá do professor palavras-chave que foram extraídas de cada capítulo para que a partir dessas palavras sejam feitas as devidas análises e a construção do livro.

Para o grupo do capítulo 1, as seguintes palavras: TRÁFICO, ESCRAVIDÃO, LEIS ESCRAVISTAS, EFEITOS SOCIAIS, LEI ÁUREA e MITO DA DEMOCRACIA RACIAL.

Para o grupo do capítulo 2, as palavras: MILITÂNCIA, ABOLICIONISTAS, LIBERDADE, RACISMO, ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE e OPORTUNIDADES.

Para o grupo do capítulo 3, as palavras: VIDAS NEGRAS, VIOLÊNCIA, RESISTÊNCIA, POLÍTICAS PÚBLICAS, AQUILOMBAMENTO e DESIGUALDADE.

As palavras destacadas servirão como referência para o desenvolvimento da atividade, que deverá conter de forma obrigatória as seguintes informações: Título, subtítulo, breve resumo do que será desenvolvido, desenvolvimento e fontes bibliográficas.

Para a pesquisa, as fontes a serem utilizadas poderão ser escritas, orais e imagéticas.

Ao final, os grupos deverão apresentar para a turma o resultado das pesquisas e o que foi produzido, onde posteriormente essas produções serão compiladas para que assim se obtenha um livro. A troca de ideias após a atividade será necessária e primordial para que através da discussão e troca entre os alunos sobre as observações obtidas durante o processo de pesquisa e produção possam ser compartilhadas.

Dessa forma, os alunos entrarão em um consenso para a escolha do título do livro, que poderá ser compartilhado através de link ou apresentado via datashow para a apreciação dos demais os alunos da escola.

Abaixo, organização estrutural da atividade proposta:

Estrutura da intervenção:

Disciplina: História		
Tema: WebLivro paradidático discente		
Módulo: 1º ano do ensino médio		Aula: 01 de 02
Objetivos geral: Criação de um weblivro paradidático desenvolvido e destinado aos discentes, cujo objetivo está voltado em evidenciar as causas e formas de combate ao racismo e outros preconceitos, fazendo um aprofundamento em temáticas de pautas negras, a fim de promover a desconstrução de estereótipos e destacar a importância de figuras negras e sua contribuição nas diversas áreas da sociedade, favorecendo a interdisciplinaridade.		
Objetivos específicos	Conteúdo	Metodologia
> Reforçar através da pesquisa um aprofundamento das temáticas já trabalhadas e o desenvolvimento nos alunos de uma reflexão sobre o conteúdo a ser pesquisado, a fim de sair da superficialidade e gerar um pensamento crítico e uma troca de ideias entre os discentes.	Temáticas negras do pós-abolição, bem como aquelas que dialogam com as pautas raciais e étnico-raciais.	Livro didático Ser Protagonista – Ética e Cidadania. Cap. 1, 2 e 3. Imagens de personalidades negras.
	Atividade proposta	Fonte de pesquisa:
	Divisão de alunos em em 3 grandes grupos, onde cada um dos grupos representara um dos capítulos trabalhados (1, 2 e 3). Cada grupo terá aproximadamente 10 alunos que se organizarão para a construção dos capítulos que irão compor o WebLivro. A apresentação e discussão do trabalho ocorrerá na aula seguinte.	Livro didático Ser Protagonista – Ética e Cidadania. Cap. 1, 2 e 3. Internet: Mídias digitais.
Cronograma :	Organização do trabalho:	
<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho mínimo de 10 páginas e máximo de 20. • Duração de 60 min. 	<ul style="list-style-type: none"> • Título • Subtítulo • Breve resumo • Desenvolvimento • Referências bibliográficas • Mídias eletrônicas 	

Considerações referentes à análise do livro didático.

A análise do livro destaca as abordagens dos temas relativos à raça e questões raciais, em especial o período pós-abolição evidenciando o esforço dedicado ao material, aonde buscou-se a desconstrução de conceitos e termos que já não cabem mais serem utilizados no contexto atual, além enfatizar a necessidade de plena compreensão de que os negros aqui escravizados não eram mercadorias ou coisas, mas seres humanos que em razão do racismo foram privados de liberdade e dignidade, bens imprescindíveis a um ser humano.

É possível ainda observar o empenho no tratamento dado ao tema racismo, ao qual é afirmado que sim, há racismo no Brasil e é de suma importância que tenhamos conhecimento de sua existência e a raiz de seu surgimento, responsável pela manutenção dessa estrutura racista que sustenta tais práticas no país.

Embora os diversos textos utilizem abordagens com temáticas de muita importância e grande relevância, buscando a desconstrução de estereótipos e reproduções que já não cabem no atual cenário educacional e acadêmico, faltou enfatizar que o termo racismo não se trata apenas de um termo semelhante a preconceito, já que racismo significa estrutura de poder, estrutura essa que foi responsável pelo sequestro, escravização e morte de milhões de negros e negras durante séculos; lembrando que tal estrutura é ainda hoje responsável pela segregação, morte e opressão de pessoas negras. Neste sentido, cabe ressaltar que faltaram debates mais robustos sobre a temática do racismo estrutural, mais uma vez deixando o conceito com aspectos superficial.

Destaco ainda a ausência de debates sobre um tema cada vez recorrente como o racismo reverso. Faz-se necessário destacar a impossibilidade de existência de tal conceito, uma vez que se entende que negros jamais praticaram contra pessoas brancas a opressão estrutural a que foram submetidos compulsoriamente, causando o extermínio de negros e negras ao longo dos anos na história.

Saliento ainda a falta de abordagens mais aprofundadas sobre temas que necessitam de maior apreciação, como os movimentos negros, associações negras e suas influências e contribuições para com a sociedade brasileira. Fato que também pode ser estendido às importantes figuras negras e suas participações em prol da causa e do movimento, cabe um maior espaço e aprofundamento.

Considerações finais.

Atualmente a grade educacional do Novo Ensino Médio não utiliza mais o livro de história de forma individual, sendo agora a oferta do material através de livros que englobam História, Filosofia, Sociologia e Geografia, cuja organização tem como objetivo a interdisciplinaridade através de eixos temáticos.

No que se refere à História, o conteúdo do livro destinado ao Novo Ensino Médio não segue mais uma organização temporal, próprio da História como ciência e disciplina escolar. É possível perceber que não há finalidade didática, sendo os conteúdos semelhantes a referências históricas superficiais e descritivos, o que dificultaria uma análise crítica, argumentativa do que é apresentado.

É possível observar certo esforço nos temas apresentados e debatidos na ampliação de espaços e até a inserção de pautas antes não exploradas e por vezes silenciadas. Observa-se ainda o destaque dado as importantes figuras negras e os movimentos de combate à desigualdade e ao racismo. Porém, tais incorporações são feitas de forma muitas vezes desconectadas do ponto de vista do processo histórico, lembrando que não é possível promover a separação desses sujeitos da perspectiva da história. Muitas abordagens presentes no livro, de forma recorrente, tentam realizar uma construção de nexos entre o passado e o presente, como observado na temática de escravidão e trabalho análogo à escravidão, entretanto observa-se que há certa superficialidade com tais vinculações de tempos, revelando uma carência de aprofundamento teórico dos conceitos apresentados, favorecendo uma espécie de perda do passado e da memória histórica e seu papel na construção do saber histórico, cujas reflexões são necessárias e de extrema importância para assim proporcionar aos alunos o desenvolvimento de habilidades cognitivas que contribuirão na busca do conhecimento.

ⁱ Decreto 9.099 – Programa Nacional do Livro e Material Didático. in. https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/decreto_9.099.pdf

ⁱⁱ POTIER, Leda Virgínia B. C. O Livro Didático de História: Algumas reflexões sobre seus usos, finalidades, indicações e sua relação com a Consciência Histórica. Mestranda – PPGH/UFRN

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASE Nacional Comum Curricular – BNCC – Etapa Ensino Médio.
Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em 29 de agosto de 2022.
- BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa do Livro Didático - Dados Estatísticos. PNDE 2017.
Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos> Acesso em 03 de agosto 2022.
- BRASIL, Ministério da Educação. Guia de livros didáticos - PNLD, 2012: História. Brasília: MEC, 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação. Guia de livros didáticos - PNLD, 2017: História. Brasília: MEC, 2016.
- BRASIL, Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio – PNLEM. Brasília: MEC, 2018.
- Guia Digital do PNLD 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pnld-2017/> Acesso em: 03/08/2022.
- Movimento Negro Unificado. 1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo: Movimento Negro Unificado. São Paulo, O movimento, SD, 79p.
- CHAVES, Edilson Aparecido. O livro didático e sua presença em aulas de História: contribuições da etnografia. In Educ. rev. 35 (77) • Sep-Oct 2019.
- FELIPE, Delton Aparecido. O Cinema no Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.154 p.
- MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v.24, n. 48, 2004.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/t8rJqjBQ8f4bwPyV47zd8Dr/?lang=pt>
Acesso em:03/08/2022.
- MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Instituto de Estudos Brasileiros. 2015-12. Disponível em;
<https://www.scielo.br/j/rieb/a/WxGPWdcytJgSnNKJQ7dMVGz/?lang=pt&format=pdf>
Acesso em: 12/08/2022.

-
- POTIER, Leda Virgínia B. C. O Livro Didático de História: Algumas reflexões sobre seus usos, finalidades, indicações e sua relação com a Consciência Histórica. PPGH/UFRN.
Disponível em: <https://www.rn.anpuh.org/2016/assets/downloads/veeh/veeh.html>
Acesso em: 12/08/2022.
 - RODRIGUES, Marcela Franzen. Raça e criminalidade na obra de Nina Rodrigues: Uma história psicossocial dos estudos raciais no Brasil do final do século XIX. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Instituto de Psicologia - Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Capa > v. 15, n. 3 (2015).
Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/19431/14023>
Acesso em: 12/08/2022.
 - RODRIGUES, Raimundo Nina (2008). Mestiçagem, Degenerescência e Crime. História, Ciência e Saúde - Manguinhos, 15, 1151-1180.
 - SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil, 1ª reimpressão, São Paulo, Editora Companhia das Letras. 1995.
 - SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo da miscigenação. São Paulo: Estudos Avançados, 8(20), 1994.
 - SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: Uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte; Autêntica editora. 1999. 156p.
 - TONIOSSO, José P. Ensino de história e cultura afro-brasileira: da legislação à prática docente. 2011.165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto.
 - VAZ, Valéria. SOUZA, Flávio Manzatto de. Ser Protagonista : ciências humanas e sociais aplicadas : cidadania e ética : ensino médio; 1. ed. — São Paulo: Edições SM, 2020.